



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARTA LIDIA DE SOUSA SILVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE
ENCONTRO JUNTO ÀS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE.**

FORTALEZA – CE
2018

MARTA LIDIA DE SOUSA SILVEIRA

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO JUNTO ÀS
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro.

FORTALEZA - CE
2018

MARTA LIDIA DE SOUSA SILVEIRA

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO JUNTO ÀS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro (Orientadora)
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Esp. Marcela Barroso Maciel
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Dr^a Ana Cecília dos Santos
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Dedico primeiramente a Deus.

Aos meus pais, Caubi Daniel e Maria José.

À Minha avó, Maria Grangeiro.

Aos meus irmãos.

À minha tia, M. Fátima Teixeira Teófilo.

A minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu suporte de fé, a quem primeiramente clamava nas minhas alegrias, nos momentos tristes e dolorosos nesse caminho cheio de surpresas e situações inesperadas. Creio que sem Ele não seria fácil minha trajetória.

À minha mãe, Maria José, que esteve comigo durante todo o percurso, me motivando a seguir sempre nos momentos difíceis. Lembro quando a ouvia falar: “Não tive a oportunidade de estudar, mas quero vê você formada! Dificuldade todo mundo tem, mas nem por isso pode desistir”, percebia o quanto ela se orgulhava em dizer que sua filha estava se formando. Agradeço por ela ter sempre transmitido força e coragem e por me dizer: “Levanta a cabeça”. Isso significa seguir em frente.

Ao meu pai, Caubi Daniel, que sempre acreditou em minha capacidade e nos meus sonhos. Ele tem a consciência de que através da educação, adquirimos conhecimento e nos tornamos seres humanos melhores. Lembro quando dizia: “Investimento em estudo é uma coisa que não se perde, mas que se carrega durante toda a sua vida”. Diante de suas palavras, agradeço por seu carinho e confiança, além do respeito pela ciência, como um caminho para compreender e transformar a realidade.

A minha avó, Maria Grangeiro, que sempre em suas ligações me fazia sorrir e falava: “Toma cuidado por aí minha filha”! Ela, mesmo distante, se preocupava comigo e se fazia perto.

Aos meus irmãos: Samyra Látia Silveira, Mateus Silveira, Lázaro Silveira, Taliane Silveira, Madalena Silveira, Simão Silveira, Nicodemos Silveira e Cleverton Araújo, que também contribuíram diretamente para que eu pudesse concluir o curso até o fim. Alguns deles, mesmo distantes, estavam comigo por meio de ligações e mensagens que me fortaleceram ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço de modo especial, ao meu irmão José de Arimatéia de Sousa Silveira (*in memórian*) por acreditar, desde o início, nos meus sonhos e no meu talento para a vida acadêmica. Ele sempre esteve presente em minhas formaturas do ensino fundamental e médio. Hoje, compreendo que não poderá está comigo fisicamente na formatura de graduação, mas sei que nos meus pensamentos e lá do céu ele estará sempre comigo. Lembro quando combinávamos de como seria a

festa da graduação e que ele seria meu par na valsa na festa do baile. Saber que não poderei efetivar esse desejo é muito doloroso, mas me erguerei diante dessa fatalidade que aconteceu mesmo difícil de acreditar e se conformar.

A minha tia Maria Fátima Teixeira Teófilo, que desde o princípio, me motivou a realizar este curso, a estudar. Ela, mesmo de longe, não deixou de ser um suporte para que lutasse por minhas conquistas e sonhos. Nas suas mensagens, me fortalecia cada vez mais a concretizar meus sonhos, um deles, o curso de Serviço Social.

Aos professores que fizeram parte da minha construção acadêmica, junto com os (as) alunos (as) especialmente da minha turma 109, na qual compartilhamos conhecimento, alegrias, tristeza, risadas, comemorações. Pessoas que não se tornaram apenas colegas de sala, mas amigos para além da sala de aula.

Afeto e respeito à professora, Lauriene Marreiro, por sua elegância e sabedoria na orientação desta monografia, pela confiança e incentivo a continuar diante das dificuldades na pesquisa, suas palavras que vibravam e repassava força e persistência. Meus agradecimentos por sugestões de artigos, livros, empréstimo de apostilas sobre minha temática.

Agradeço a instituição FUNCI, Programa Ponte de Encontro executado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE, pela permissão e apoio para a realização da pesquisa.

Ao coordenador do Programa Ponto de Encontro, Cláudio Roberto de Sousa Mota, pelo apoio e comprometimento com o compartilhamento de informações e documentos públicos, essenciais à pesquisa, tais como: livros, dados estatístico sobre as crianças em situação de rua.

Aos profissionais do programa, sobretudo, os educadores sociais, coordenador, Assistente Social e técnicas que fizeram parte e me conduziam no campo de pesquisa. Agradeço a todos em colaboraram com este trabalho, pois foram a “ponte” para minha aproximação com a temática apresentada na monografia.

Agradeço ao “grupinho”, que nomeamos como “povo lindo”, pessoas extraordinárias que conheci desde quando me inseri na faculdade. Tive a oportunidade de conhecê-los (as), de conviver e construir uma imensa amizade que até então, se fez firme e inacabável. Amigos que estiveram sempre comigo,

compartilhando: conhecimento, tristeza, alegria, medo, loucuras, dificuldade, raiva, pensamentos e inúmeras situações. Por consequência dessa amizade grandiosa, conquistamos uma convivência harmoniosa.

A Larissa Rodrigues Campos, que mesmo morando longe, se fazia perto, sempre compartilhando seus momentos. Uma pessoa super gentil e paciente, que estava sempre com humor para ajudar, com suas loucuras que me fazia rir e tornar o dia engraçado e leve. Sempre apresada e com o desejo de fazer as coisas logo, sem perder tempo. Desejo-lhe todo sucesso pessoal e profissional.

A Monalisa Mendes Freitas, que transparecia calma e paciência, leveza independente da situação, pessoal na qual compartilhava momentos da minha vida, a quem estava de vez em quando na minha casa, para nos distrair um pouco da rotina acadêmica [risos], tomando aquele café, assistindo e fofocando da vida dos outros [risos]. De vez em quando nosso “grupinho” se reunia na minha casa para vivenciar esses momentos, que por sinal, eram muito gratificantes.

Ao Messias Vieira Barros Filho, uma pessoa inteligente, na qual admiro e vejo com grande potencial. Pessoa na qual está conectado em quase tudo relacionado a informações ligadas a estudo, grupos de pesquisa, seminários, palestra, entre outros, sempre nos comunicando. Fico feliz em ver seu crescimento pessoal e acadêmico. Eu não tenho dúvidas que será um excelente profissional. Grata também pelos bolos e comidas deliciosas que fazia em minha casa durante os momentos que vinha para estudarmos. Desejo-lhe muito sucesso na sua caminhada, estou torcendo por você!

A minha irmã, Madalena de Sousa Silveira, minha amiga e companheira durante esse percurso da minha vida e acadêmica desde o ensino fundamental. Embora com seus dias estressantes [risos], estamos juntas compartilhando a vida. Desejo que realize seus sonhos e que seja persistente naquilo que quer, mesmo diante das dificuldades. Não importa o tempo ou distância, mas sim a chegada. Estarei aqui sempre para lhe ajudar e fazer companhia como sempre.

Ao Bruno Gárcia, amigo que mesmo distante me oferece força nos dias difíceis e nos estudos. Suas conversas me distraem da tristeza, angústia e tédio. Você é um exemplo de superação com sua jornada de trabalho durante o dia e estudo à noite, e poucas horas de sono sem esmorecer. Sua coragem será guia

para seus sonhos! Só tenho a desejar grandes realizações. Um deles a conclusão do seu concurso, a que tanto anseia.

Agradeço também a Vanessa Santiago (que tive a oportunidade de conhecê-la, no grupo de estudo de direito da UFC), por ter emprestado seus livros, a quem considero amiga, inteligente e bondosa. Desejoso todo sucesso na sua vida, pois sei que com seu potencial terá muitas conquistas pela frente, inclusive na sua vida acadêmica.

Agradeço a banca composta pela professora Marcela Maciel e Ana Cecília dos Santos, por terem aceitado o convite de participar desta banca, mas sobre tudo por fazerem parte da minha trajetória acadêmica, compartilhando conhecimentos e sabedorias. Professores na qual admiro e tenho grande consideração.

Agradeço a coordenadora do curso, Virzângela Sandy, que além de coordenadora foi minha professora e orientadora de TCC I, pessoa a quem tenho grande gratidão e carinho.

Agradeço também, a faculdade Ratio na qual tive o prazer de fazer parte e realizar o curso de Serviço Social, com ótimos funcionários e professores (as) excelentes e de qualidades que foram essenciais para minha formação e aproximação de conhecimentos acadêmicos.

“Não existe mais nítida alma de uma sociedade, do que a forma como esta trata as suas crianças”.

(Nelson Mandela).

RESUMO

A criança em situação de rua é uma das expressões da questão social e trata-se de um fenômeno de raiz estrutural, fortemente vinculado à pobreza e à desigualdade social, presente historicamente na sociedade brasileira. Por isso, tem sido objeto de discussões e pesquisas no campo das ciências humanas e em diversas universidades. Ademais os indicadores indicam crescimento alarmante dessa problemática que apresenta prevalência nas grandes cidades. Conforme a primeira pesquisa Censitária Nacional sobre Criança em Situação de Rua, publicada em março de 2011, estima-se que existe 23.973 crianças e adolescentes em situação no Brasil. No Ceará é uma realidade presente nas ruas da cidade de Fortaleza e sua ocorrência, está vinculada a um conjunto complexo de violação de direitos de crianças e adolescentes. Diante deste cenário, resolvemos realizar esta pesquisa para compreender de que forma as políticas públicas estão oferecendo respostas para esta questão. Para isto, elegemos como objetivo geral compreender em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro no Município de Fortaleza - Ce. O referido programa integra as ações da Fundação da Criança da Cidade - FUNCI e tem como foco realizar intervenções para a proteção e defesa de crianças em situação de Rua em Fortaleza - CE. Quanto aos objetivos específicos apresentamos o interesse de: identificar as principais demandas apresentadas pelas crianças em situação de rua a partir das percepções dos profissionais; identificar os fatores que determinam a permanência de crianças em situação de rua; e, por fim, identificar os principais desafios apresentados para a execução e alcance dos objetivos previsto pelo Programa Ponte de Encontro. A fim de alcançar os objetivos, utilizamos uma abordagem qualitativa, além da pesquisa exploratória, de campo e bibliográfica. As técnicas aplicadas no tocante aos estudos foram observação participante e a entrevista semiestruturada. Quanto aos instrumentos, utilizamos o roteiro de entrevista, o gravador de voz, mediante a autorização dos (as) profissionais e o diário de campo. Quanto aos principais resultados obtidos pela pesquisa, destacamos que: O Programa Ponte de Encontro atua com famílias tendo como foco de intervenção as crianças em situação de rua. O horizonte do Programa é garantir a efetivação sistemática de garantia de direitos por meio de um trabalho pedagógico, de conscientização e encaminhamentos. Contudo, além de enfrentar graves problemas estruturais e conjunturais relativos ao desmonte da proteção social no Brasil, o programa, sofreu modificações importantes que também refletiram em retrocessos e para o alcance de seus objetivos.

Palavras-chave: Criança. Rua. Políticas. Direito.

ABSTRACT

The child in a street situation is one of the expressions of the social question and it is a phenomenon of structural root, strongly linked to the poverty and social inequality present historically in the Brazilian society. Therefore, it has been the object of discussions and research in the field of human sciences and in several universities. In addition the indicators indicate an alarming growth of this problematic that presents prevalence in the big cities. According to the first National Censitary Survey on Street Children, published in March 2011, it is estimated that there are 23,973 children and adolescents in a situation in Brazil. In Ceará it is a reality present in the streets of the city of Fortaleza and its occurrence is linked to a complex set of violation of the rights of children and adolescents. Given this scenario, we decided to conduct research to understand how public policies are offering answers to this question. For this purpose, we have as general objective to analyze the action of the Meeting Bridge Program in the Municipality of Fortaleza-Ce. This program integrates the actions of the Foundation of the Child of the City - FUNCI and has as focus to carry out interventions for the protection and defense of street children in Fortaleza-CE. Regarding the specific objectives, we present the interest of: identifying the main demands presented by street children based on the professionals' perceptions; identify the factors that determine the permanence of street children; And, finally, identify the main challenges presented for the implementation and achievement of the objectives established by the Bridge Meeting Program. In order to reach the objectives we use a qualitative approach, besides exploratory, field and bibliographic research. The techniques applied in the studies were participant observation and the semistructure interview. As for the instruments, we use the interview script, the voice recorder, with the authorization of the professionals and the field diary. Regarding the main results obtained by the research, we emphasize that: The Bridge Meeting Program works with families with a focus on street children. The program's goal is to ensure the effectiveness of a system of guaranteeing rights through pedagogical work, awareness and referrals. However, in addition to facing serious structural and conjunctural problems related to the dismantling of social protection in Brazil, the program underwent important changes that also reflected in setbacks and the achievement of its objectives.

Keywords: Child. Street. Policies. Law.

LISTA DE QUADROS

- Quadro1** – Demandas realizadas de crianças e famílias em situação de rua encaminhadas a rede de proteção social do município de Fortaleza em 2015. 52
- Quadro2** – Demandas realizadas de crianças e famílias em situação de rua encaminhadas a rede de proteção social do município de Fortaleza em 2017..... 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome Nacional
MNPR - Movimento Nacional da População de Rua
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OAF/SP - Organização Não Governamental do Auxílio- Fraternal/ São Paulo
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNCFC - Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
POP - Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua
PSE - Proteção Social Especial
SCDH - Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos
SDH - Secretaria de Direitos Humanos
SDHDS - Secretaria de Direito Humanos e Desenvolvimento Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC - Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAMINHOS DA PESQUISA	20
2.1.A construção do objeto de pesquisa	20
2.2.Escolhas metodológicas e inserção no campo	24
2.3.Perfil dos entrevistados	31
3. AVANÇOS E LIMITES PARA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DA INFÂNCIA DO BRASIL	34
3.1. Breves reflexões histórico-conceituais sobre a infância	34
3.2. Conceitos e desenvolvimento acerca das Políticas públicas: Elementos para uma análise crítica	42
3.3.Políticas Públicas e Rede de proteção a infância como direito social	44
4. CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO	50
4.1. Rede de Proteção à Infância em Fortaleza: Encontros e desencontros	50
4.2. Narrativas da dos profissionais que atuam no Programa Ponte de Encontro: De que proteções estão falando?	55
4.3.O trabalho social com crianças em situação de rua: Reflexões sobre as estratégias de atuação dos profissionais	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE	81
ANEXOS	83

1. INTRODUÇÃO

É crescente o número de criança em situação de rua, sobretudo nos países pobres que situam na periferia do sistema capitalista. A ocorrência deste fenômeno viola a dignidade humana e confronta a legislação vigente não só em território brasileiro, mas também, nas mais diversas convenções internacionais onde está assegurada a defesa dos direitos à infância e à adolescência.

Embora estejamos presenciando historicamente um cenário de negligência e violação aos direitos de crianças e adolescentes, a Constituição Brasileira de 1988, prevê em seu artigo 227, que a efetiva proteção de crianças e adolescentes exige uma ampla e complexa rede de responsabilidades e ações, que pertence ao conjunto da sociedade. Vejamos:

É a família, a sociedade e o Estado que devem assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988 Art. 227)

Pesquisas e indicadores apresentam o aprofundamento de um cenário histórico de desrespeito e crimes contra a infância. Conforme evidenciado na primeira pesquisa Censitária Nacional sobre Criança em Situação de Rua, publicada em março de 2011, foram identificadas 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil.

Ainda segundo a pesquisa citada, o Ceará é o quinto Estado do Brasil e o segundo do Nordeste, com crianças e adolescentes em situação de rua, pois atinge o total mil e quinhentos e setenta e cinco (1.575) vivendo nas ruas, isto significa (6,6%) da população do Estado.

De acordo com o site UOL de São Paulo, levantamento da Fundação Abrinq (2015)¹, informa que entre a população brasileira de zero a 14 anos, 40,2% se encontra em situação de pobreza. O percentual corresponde a mais de 17,3 milhões de jovens pobres no Brasil. A pobreza leva milhões de crianças a viverem em condições precárias, submetendo-as a situações de risco e vulnerabilidade social.

¹ UOL, NOTÍCIAS COTIDIANO. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/25/mais-de-40-dos-jovens-de-ate-14-anos-estao-em-situacao-de-pobreza-mostra-estudo.htm>>. Acessado em 12 de novembro de 2017.

Resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), registram que a desigualdade de renda ainda é bastante acentuada no Brasil. A média nacional de renda domiciliar per capita foi de R\$ 668 em 2010, 25% da população recebiam até R\$ 188 e, metade dos brasileiros recebia até R\$ 375, menos do que o salário mínimo naquele ano (R\$ 510).

Considera-se alarmante o número de crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza. Esta pobreza é um dos principais fatores que leva crianças e adolescentes a viverem em condições de indignidade e vulnerabilidade social. Isto, por sua vez, denota o distanciamento entre o que preconiza a Constituição de 1988 e as condições sociais de proteção à infância e a adolescência posta na realidade.

Diante disso, mesmo com os avanços nas legislações, as estatísticas só aumentam e a situação se agrava, tendo como uns dos principais fatores que contribui para esse crescimento e que leva a situação de rua, a pobreza que é nítida, além do desemprego e da desigualdade, que favorece para o crescimento de crianças e famílias em situação de rua.

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, segundo a Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI - Programa Ponte de Encontro, em 2015 foi atendido 1.045 crianças e famílias em situação de rua, sendo que, em 2017 o público atendido passou para 1.523 em Fortaleza - CE. Desse modo, conforme os dados estatísticos houve o crescimento de crianças e famílias em situação de rua, em Fortaleza - CE (Podemos perceber detalhadamente esse aumento nos quadros do quarto capítulo do primeiro tópico).

Está posto na Constituição Federal Brasileira de 1988, e reforçado pela Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC (2004), que a criança e adolescente são sujeitos de direitos à sobrevivência e ao desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990) preconiza que, “garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes deve ser prioridade absoluta da família, da comunidade, da sociedade e do poder público”. E, no artigo 4º do ECA (1990), registra-se que, “crianças e adolescentes tem direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer e à educação”. O mesmo artigo dispõe sobre os direitos de ser criança, de ter liberdade de opinião, expressão, crença e culto religioso, brincar, praticar esportes, divertir-se, participar da vida familiar e

comunitária, sem discriminação, e buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 1990)

Entretanto, observa-se que, de acordo com o que preconiza as legislações mencionadas acima, o direito dessas crianças em situação de rua, está sendo violado, pois, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2017), estão postas ao risco e a vulnerabilidade social, vítimas de violência e discriminação, sem acesso a educação, a saúde, a uma boa alimentação e até mesmo sem o vínculo familiar.

De acordo com Paludo e Koller (2008), Pacheco e Gonsalves (2017) e Silvestre e Carvalho (2016), alguns dos motivos que levam diariamente, milhões de crianças a se expor ao risco de viver sem qualquer amparo, encontrando-se em situação de rua, entre os quais destacamos: abandono, exploração de trabalho infantil, preconceito e perigo, falta de apoio a familiar, escassez de investimentos estatais em políticas socioeducativas, falecimento dos pais, o abuso sexual, fome. É mediante esse contexto de radicalização da questão social, que a rua funciona como uma alternativa de sobrevivência.

Diante desse cenário complexo de tensões e contradições, na qual a infância no Brasil é posta, indagamos: Quais as principais estratégias de enfrentamento a esta questão, estão sendo ofertadas pelo Estado brasileiro no âmbito das Políticas Públicas de proteção à infância?

De acordo com Secchi (2010), a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim, uma política pública recebe este adjetivo, se tem a intenção de responder a um problema público. E, no caso específico da infância, o Art. 7º do ECA (1990) registra que, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

De acordo com o artigo de Silveira e Freitas (2018), Fortaleza é uma cidade marcada pelo contraste social, atualmente dominada pelos grupos de facções de tráfico de drogas. De acordo com os autores, estes sinalizam ainda que:

Temos altos índices de violência contra jovens, principalmente os moradores da periferia e conseqüentemente são de maioria negros e pardos, evidenciando um extermínio da população mestiça de pele escura. Os jovens se veem muitas vezes seduzidos pelos grupos de facções.

(SILVEIR E FREITAS, 2018)

Posto isso, na cartilha Mapa da Violência da Regional VI (2011), aponta que a criminalidade e violência aumentam a insegurança e a instabilidade, contribuindo para a “cultura do medo”. Destaca também, que se a violência gera o medo, o medo gera também mais violência, criando um círculo perigoso que reforça os estereótipos, as barreiras sociais, os preconceitos e a não aceitação das diferenças socioculturais. Diante disso, se torna complexa a atuação de políticas e programa para o enfrentamento ao fenômeno abordado nesta pesquisa.

No que tange o interesse central desta pesquisa, indagamos: Quais as particularidades das políticas públicas de proteção e prevenção às crianças em situação de rua desenvolvida no âmbito da Prefeitura de Fortaleza? Aqui, nos interessa de modo específico, a execução do Programa Ponto de Encontro, desenvolvido pela Fundação da Criança da Cidade de Fortaleza - FUNCI.

Conforme as falas dos entrevistados da pesquisa, a Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI, articula a rede de proteção à infância e tem como missão, promover e executar programas e projetos de defesa e proteção integral de crianças e adolescentes. Dentre os seus programas desenvolvidos, existe o Programa Ponte de Encontro, que em prol da proteção a infância, articula as redes para a efetivação dos direitos e cidadania da família, sobretudo, da criança em situação de rua.

Para isto, tomamos como referência as políticas sociais públicas, conforme aponta Behring (2011), produzidas no contexto da sociabilidade capitalista, expressam tensões e contradições que criam obstáculos para a efetivação dos direitos.

Diante deste contexto, indagamos como problema central desta pesquisa: Em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro junto às crianças em situação de rua, do Município de Fortaleza - CE?

Assim, neste trabalho apresentamos como o propósito central: Compreender em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro junto às crianças em situação de rua, do Município de Fortaleza - CE? Nessa perspectiva, definimos como objetivos específicos: Identificar as principais demandas apresentada pelas crianças em situação de rua a partir das percepções dos profissionais do Programa Ponte de Encontro; identificar os fatores que determinam a permanência de crianças

em situação de rua; e, analisar os principais desafios apresentados para a execução e alcance dos objetivos previstos do Programa Ponte de Encontro.

Para alcançar e viabilizar os objetivos da pesquisa elegemos um conjunto de procedimentos metodológicos, pois tal como afirma Gil (2008, p. 9), “pode-se definir método, como o caminho para chegar a determinado fim. [...] Método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para seguir o conhecimento”.

Diante disso, optamos pela pesquisa qualitativa, bibliográfica, de campo, e a pesquisa exploratória. Escolhemos como técnicas, a entrevista semiestruturada e a observação simples, e os seguintes instrumentos de auxílio: roteiro de entrevista, prancheta e gravador de voz, o diário de campo que nos possibilitou coletar os dados dos sujeitos participantes da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram os profissionais do Programa Ponte de Encontro, que atuam/abordam as famílias em situação de rua, sobretudo, as crianças, que foram essenciais para a aproximação com o fenômeno discutido nesta pesquisa.

Quanto à pesquisa de campo foi realizamos no Programa Ponte de Encontro, um programa da Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI, da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos - SCDH da Prefeitura de Fortaleza.

O Programa realiza um trabalho social junto às crianças em situação de rua e suas famílias, com abordagens sociais nas ruas de Fortaleza, viabilizando seus direitos. Sobre o programa, os próprios profissionais que atuam na execução direta do trabalho relatam que, “é a ponte que leva as crianças até os seus devidos direitos”.

Para a discussão da pesquisa, abordamos sobre as categorias: criança em situação de rua, que será discutida com os seguintes autores: Adad (2011), Priore (1996), Frontana (1999), Ariès (1978) e Silvo (2009); na categoria de políticas públicas usaremos os seguintes autores: Pereira (2011) Behring e Boschetti (2010); e na última categoria, direitos da infância, nos basearam em legislações como o ECA (1990), Constituição Federal (19988), Política Nacional para População em Situação de Rua (2007), entre outras destacadas a seguir.

Para apresentar as reflexões e os resultados obtidos pela pesquisa, organizamos a exposição em três capítulos: No primeiro capítulo, destacamos os

caminhos da pesquisa, apontando a construção do objeto de pesquisa, as escolhas metodológicas e inserção no campo e perfil dos (as) entrevistados (as).

No segundo capítulo, abordamos os avanços e limites para proteção dos direitos sociais da infância do Brasil, em que debatemos breves reflexões histórico-conceituais sobre a infância, o conceito e desenvolvimento acerca das políticas públicas: elementos para uma análise crítica e políticas públicas e rede de proteção à infância como direito social.

No terceiro e último capítulo, discutimos sobre as crianças em situação de rua em Fortaleza: reflexões sobre a atuação do Programa Ponte de Encontro, na qual discorreremos a respeito da rede de proteção a infância em Fortaleza: encontro e desencontro, as narrativas dos profissionais que atuam no Programa Ponte de Encontro: De que proteção estão falando? E por fim, o trabalho social com crianças em situação de rua: Reflexões sobre as estratégias de atuação dos profissionais.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

“O ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade [...] com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

José Filho (2006)

Neste capítulo, discutimos os caminhos para o desenvolvimento da pesquisa abordado em três tópicos. No primeiro, destacamos como se deu a construção do objeto da pesquisa; no segundo, apontamos as escolhas metodológicas para o alcance dos objetivos da pesquisa e como ocorreu a inserção no campo; e por fim, destacamos o perfil dos entrevistados.

2.1. A construção do objeto de pesquisa

A criança, ao longo da história humana, nem sempre foi considerada importante (ARIÈS, 1978). A noção de que a criança é uma pessoa em desenvolvimento, e como tal, precisa de atenção e cuidados absolutos da família, sociedade e Estado também é recente. Tais constatações nos ajudam a buscar elementos para compreender por que, na sociedade contemporânea, observa-se uma espécie de naturalização, invisibilidade e indiferença, ante as crianças que vivem sem qualquer proteção, perambulando nas ruas das cidades brasileiras.

A criança começa a ter visibilidade a partir das legislações vigentes relativas à infância. Esses avanços legais expressam mudanças nos valores e padrões civilizatórios das sociedades, e são decorrentes de complexos processos de lutas e movimentos sociais de defesa pelos direitos humanos junto ao Estado.

O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990) surge como o primeiro mecanismo legal exclusivo à população de crianças e adolescentes, com a doutrina de proteção integral. O ECA preconiza que, “garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes deve ser prioridade absoluta da família, da comunidade, da sociedade e do poder público”. (BRASIL, 1990)

Outro artigo do ECA que vale destacar é o 4º, que, diz respeito ao direito da criança a brincar, alimentação, lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Todos esses avanços legais foram questionados, quando estive² no Centro de Fortaleza, na companhia de meu pai em 2013. As cenas das crianças sujas, descalças e sozinhas me comoveram bastante. Tive a impressão de que estavam completamente abandonadas: pela a família, sociedade e Estado, entregues às ruas, e submetidas a múltiplas formas de violência e violação de direitos.

Estas cenas entraram em choque com o imaginário da minha infância, vivida em cidade pequena do interior do Ceará, (Pacoti), onde aparentemente, não havia crianças nessa situação. Isto me trouxe sentimentos de tristeza e indignação diante desta injustiça social.

Em Pacoti, região serrana do Ceará, 70.46 km de Fortaleza, tenho a lembrança de que as crianças vivam livres, brincando. Lembro-me de uma quadra de futebol, do banho de cachoeira que encantava a todos, do jogo de bila na vizinhança. Nós éramos alegres com a vida que tínhamos. Tínhamos nossos pais por perto, nos sentíamos protegidos quando eles diziam: “Está na hora de tomar banho, está na hora de ir para a escola, está na hora do lanche”.

Minha infância não foi de luxo, pertencço há uma família mestiça, meu pai é branco e proprietário/agricultor de terras, de classe média, minha mãe é parda e agricultora e é de classe pobre. Por isso, tenho muito orgulho e gratidão pela infância que vivi.

Nunca passei fome, sempre tive alguns brinquedos, muitos deles, foram construídos por mim mesma e por meus irmãos, éramos dez! E, fazíamos aquela diversão entre nós.

Lembro que construímos uma casinha em cima de uma árvore que ficou um encanto e chamava a atenção de todos, inclusive das outras crianças que iam para minha casa. Lembro também de um carro de madeira que fizemos, cabia uma criança dentro! Então, colocávamos no alto, perto da minha casa, e descíamos dentro de carro de alto a baixo.

Nas férias, quando íamos para o sítio do meu pai, nadávamos nos riachos, onde fazíamos barcos de rolos de bananeiras, íamos pescar no açude, andar a cavalo. E, ficávamos olhando meu pai tirar o leite de vaca.

Pela manhã, cedinho, meu pai nos chamava para merendar. Acordávamos e

² Peço licença ao leitor para nesse capítulo, usar o verbo na 1ª pessoa, por se tratar da minha identificação com o tema e inserção em campo.

desfrutávamos de uma mesa imensa com: leite, queijo, pão, bolo, cuscuz, etc..

Todo mundo tinha o seu lugar, cada xícara e prato estavam todos bem organizados para gente se alimentar.

Eu me sentia protegida pelos pais, via a preocupação deles comigo com meus irmãos. Como também, a preocupação de outros pais da comunidade com seus filhos, e os filhos dos outros.

Ao sair de Pacoti em 2014 com dezenove anos de idade para morar em Fortaleza, aos poucos, comecei a andar com mais autonomia, pela cidade, e pude perceber as diferenças e contradições diretamente ligadas aos padrões de desenvolvimento de uma metrópole nordestina, numa sociedade capitalista. Dentre estas contradições, o que mais me chamava a atenção, era o aumento de crianças perambulando pelas ruas.

Ao me deparar com a situação, percebi que aquelas crianças viviam uma vida muito diferente da que eu tive, e me veio logo à cabeça que aquelas crianças necessitavam de um banho, alimentação, vestimenta, enfim, necessitavam de assistência.

Comecei a imaginar como seria a vida daquelas crianças com ausência de carinho e amor, pois entendo, que além de comida, abrigo, vestimenta e etc. As crianças também necessitam do cuidado, do carinho e afeto, muito semelhante ao que o ECA aponta sobre o direito à convivência familiar e comunitária.

De acordo com o que preconiza o ECA, essas características não deveriam ser encontradas nas ruas. No Art. 15 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, que são também garantidos na Constituição Federal (1998).

Após ter presenciado aquela situação, ou seja, de crianças em situação de rua no centro de Fortaleza, me questionei onde estariam os pais daquelas crianças? Por que estavam ali daquela forma tão abandonados, sujos e sozinhos? Cadê as políticas públicas? Quais os principais desafios das políticas públicas? Por que elas não conseguem atingir essas crianças? Por que, apesar do desenvolvimento de algumas legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ainda existe situações desse tipo?

Assim, tais reflexões, continuaram me trazendo inquietações ao longo da

formação de Serviço Social e, sobretudo, das disciplinas de pesquisa. Na disciplina de pesquisa I, do quarto semestre, tive que elaborar um projeto de pesquisa. Ao pensar num tema para o desenvolvimento do projeto, optei pela temática sobre criança em situação de rua e pude aprofundar as reflexões, à luz de novos diálogos e referenciais teóricos.

Em seguida, na disciplina de TCC I, fui estimulada a realizar o projeto e desenvolver a aproximação com o campo da pesquisa. Para isto, busquei informações junto à Secretaria de Direito Humano e Desenvolvimento Social - SDHDS.

Na SDHDS, uma profissional de Serviço Social, me informou que existiam instituições mais adequadas para meu estudo, e que seriam aquelas que trabalhassem diretamente com criança em situação de rua. Neste momento, procurei o Centro POP que atendia população em situação de rua³.

Ao chegar ao Centro POP, o coordenador, à época, relatou que não atuavam diretamente com crianças, mas, sobretudo, com adultos. Atendiam às crianças apenas se tivessem acompanhadas por algum responsável adulto. Tudo ainda estava muito confuso, pois como explica Iamamoto (2010), as políticas públicas tendem a gerenciar um parcelamento ou uma espécie de fragmentação da questão social. Afinal, quem cuida desta questão no município?

Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I, a professora me informou que conhecia um programa chamado, Ponte de Encontro e que este atuava diretamente com criança em situação de rua. Foi então, que entrei em contato com a instituição FUNCI, responsável pela execução do programa e me certifiquei, que realmente trabalhavam com essa problemática.

Segundo os profissionais do Programa Ponte de Encontro, trata-se do único programa municipal que realiza abordagens sociais em locais onde há presença de crianças e adolescentes em situação de rua, em Fortaleza - CE. Por isso, este foi o programa escolhido como cenário e campo desta pesquisa.

No que tange as possíveis contribuições desta pesquisa social para o Serviço

³ O Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP) é um espaço referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, realizar higiene pessoal, atividades socioeducativas e artísticas. Além de atendimento especializado por profissionais que auxiliem a resolução das suas demandas. Disponível em: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/24>. Acessado em: 24 de junho de 2018.

Social, registramos que o esforço em produzir reflexões sobre as políticas sociais, especialmente aquelas direcionadas aos direitos da infância, pode incidir diretamente na ampliação do debate relacionado aos limites e retrocessos impostos pelo Estado neoliberal aos direitos sociais conquistados.

Além disso, escutar, registrar e analisar os discursos dos sujeitos inseridos na realidade nos permite visualizar a capacidade dos trabalhadores, de ampliar resistências para o enfrentamento da questão social nos diversos espaços sócios ocupacionais e criar novas pesquisas.

Sobretudo, como afirma Iamamoto (2008), não existe uma nova questão social nos marcos do capitalismo. Contudo, suas expressões, vinculadas à exploração do trabalho pelo capital, se renovam e exigem novas análises das especificidades que se apresentam na realidade, e estas só são possíveis por meio da pesquisa crítica.

Compreendemos que não basta identificarmos certo problema, precisamos ir além de sua superfície, buscando compreensão e respostas devidas, através das pesquisas e teorias.

A seguir, apresentamos o percurso desenvolvido para a aproximação do campo de pesquisa, bem como os métodos escolhidos para alcançar os objetivos definidos. Destacamos as dificuldades, conquistas e os desafios encontrados.

2.2. Escolhas metodológicas e inserção no campo

Para alcançar os objetivos e realizar esta pesquisa é de suma importância percorremos métodos científicos capazes de viabilizar aos objetivos desejados. Desse modo, elegi a seguir um conjunto de escolhas e procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos, na busca do saber e do conhecimento da problemática. Em tese, conforme Demo (2000), a pesquisa é a atitude de “aprender a aprender”, e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório.

Nesse sentido, com base em tais objetivos, escolhi a pesquisa qualitativa para obter dados em suas particularidades e experiências que empreenderá a pesquisa empírica na busca de dados relevantes e convenientes para compreender e interpretar determinados comportamentos, e assim, tomar conhecimento do tema

que me possibilitou a leitura da realidade, pois segundo Minayo (1995), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Assim sendo, este estudo envolverá um levantamento bibliográfico para chegar a uma resposta/definição teórica. A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliográfica já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, matérias cartográficos etc. (MARCONI & LAKATOS, 2010)

Dessa forma, o estudo envolveu os principais teóricos para a discussão sobre está temática: Mary Del Priore (1999), Philippe Áries (1981), Maria Lúcia Lopes (2009), Silvestre; Carvalho (2017), que nos apresentou a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa. Como diz Marconi & Lakatos (2010), que a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Outro tipo de pesquisa escolhida foi à pesquisa de campo, que deu resposta ao problema abordado, onde propulsionou o aprofundamento de uma realidade específica, através do uso de técnicas de coleta de dados. A pesquisa de campo é conceituada por Gonçalves (2001, p. 67), da seguinte maneira:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A pesquisa de campo desenvolveu-se no Programa Ponte de Encontro em Fortaleza - CE (situada na instituição, Casa da Infância), um programa da Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI, vinculada a Secretária de Cidadania e Direitos Humanos - SCDH da prefeitura de Fortaleza - CE, que realiza serviço de forma continuada e programada a crianças e adolescentes em situação de rua.

Para conseguir informações e aproximação do campo de pesquisa, realizei a pesquisa exploratória junto ao Programa Ponte de Encontro. Esta estratégia foi fundamental para observar e identificar quais sujeitos iria fazer parte da entrevista da pesquisa, pois até então, não havia selecionado tais participantes.

Nas primeiras idas a campo, descobri que os Educadores Sociais realizavam contato direto com as crianças em situação de rua, por meio de abordagem social. Por isso, logo surgiu à ideia de incluir esses educadores sociais como sujeitos "chaves" da pesquisa. Sobre isso, Thiollent (1997, p. 52) define que, "a fase exploratória, consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou diagnóstico) da situação dos problemas prioritários e de eventuais ações".

Quanto aos critérios de inclusão, informa-se que dos quatorze Educadores Sociais existentes na instituição, selecionei seis para participar da pesquisa, na qual tive a oportunidade de conhecê-los (las), ao ir junto com os (as) mesmo (as) para as abordagens nas praças de Fortaleza – CE, a famílias e crianças em situação de rua, onde tive a oportunidade de me aproximar da problemática abordada na pesquisa. Dos seis que escolhi, um desistiu devido a problemas pessoais, e ficou de dar um retorno para entrevistá-lo em outro momento, o que não aconteceu.

Ao longo das incursões no campo e mediante a interlocução durante as orientações, percebi que era necessário incluir outros sujeitos, tais como os Coordenadores e Assistentes Sociais que integram o programa. Sobretudo, para garantir a amplitude e diversificação dos discursos. Especialmente porque o foco da pesquisa é compreender o programa com base na percepção dos profissionais.

Para a interlocução com os sujeitos, adotamos os procedimentos éticos da pesquisa conforme aponta o Conselho Nacional de Saúde 466/12 (BRASIL, 2012):

A pesquisa deve considerar o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção de vida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; ao desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico; ao respeito a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano; os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como o Código de Nuremberg, de 1947, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; os documentos internacionais recentes; a Constituição Federal da República Federativa do Brasil e a legislação brasileira correlata e pertinente.

Apresentamos aos interlocutores o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os objetivos da pesquisa, a metodologia, assim como os benefícios, que não haveria remuneração quanto à participação na pesquisa em nenhuma espécie e que a participação seria de sigilo e anonimato.

No que diz respeito à coleta de dados, compreende-se que "é necessário

eleger um conjunto de técnicas com a finalidade de obter informações desses participantes”. (GIL, 2008)

Nesse sentido, escolhi a entrevista semiestruturada, porque conforme Manzini (1990/1991, p. 154), “esse tipo de pesquisa pode fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados sejam mais espontâneos”. Por sua vez, Demo (1995), define a entrevista semiestruturada como atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade.

Também optei pela observação simples, pois é um importante meio de coleta de dados que pode complementar as informações. Esta técnica permite captar expressões não verbais, ou “o não dito”, os gestos e comportamentos que podem evidenciar significados importantes para a compreensão da realidade. Estas informações e as reflexões que iam surgindo durante a pesquisa, foram registradas no caderno de campo.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190), definem observação como, “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

Gil (1999) destaca que na observação, os fatos são percebidos de forma direta, sem que haja qualquer tipo de intermediação, sendo considerada uma vantagem, em comparação aos demais instrumentos. Conceitua a entrevista como, “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Como instrumento de auxílio, elaboramos um roteiro de entrevista a ser aplicado dividido em três eixos, tendo como foco a análise do objeto: o primeiro eixo denominamos perfil dos entrevistados, que tem o objetivo de compreender ou se aproximar dos sujeitos, seus dados sócio demográficos entre outros, construí empatia, entre outros aspectos. O segundo eixo trouxe como foco, observar a percepção dos entrevistados quanto ao contexto da proteção da infância no Brasil e a relação com as políticas públicas. E, no terceiro eixo, as indagações foram direcionadas para a pergunta central da pesquisa, qual seja: a atuação do Programa Ponto de encontro.

As entrevistas foram agendadas por meio de contatos prévios em dias e horários estabelecidos pelos participantes. As informações fornecidas durante as entrevistas foram registradas, com o uso de gravador de voz e transcritas com o consentimento dos participantes.

Durante as visitas a campo, por sugestão e orientação do Coordenador do programa, pude acompanhar e observar as abordagens realizadas pelos Educadores Sociais que andavam pelas praças de Fortaleza, e nos principais pontos de ocorrência de crianças em situação de rua. Este apoio foi fundamental para a minha compreensão da problemática da pesquisa. Senti que a equipe do programa estava receptiva e satisfeita com a minha presença.

Quando chegava ao Programa Ponte de Encontro, por volta das oito horas da manhã, os educadores já estavam todos lá, prontos para irem para as praças de Fortaleza realizar as abordagens. Os educadores dividiam-se em grupo para realizarem seu trabalho.

O deslocamento para as praças se dava por meio de uma van disponibilizada pela instituição. Mas nem sempre quando chegava o horário do almoço, a van estava disponível, pois só havia um único veículo para todos os profissionais e demandas diversas do programa. Diante disso, alguns educadores deslocavam-se a pé e outros de Uber. No primeiro dia de experiência com os educadores, tivemos que voltar para o programa de Uber.

Durantes as abordagens, ficava observando aquele cenário onde me encontrava, e notei que não era tão diferente daquela primeira cena em que havia avistado ao lado do meu pai, em 2013.

No dia 16 de novembro de 2017, havia na Praça do Ferreira, centro da cidade de Fortaleza, várias crianças em situação de rua, uns acompanhados por suas famílias e outros sozinhos. Alguns vendiam mercadorias, outros permaneciam deitados nos bancos, em colchões ou em papelões. Havia também, sacolas ao seu redor, aparentemente com seus pertences. Percebi que algumas crianças estavam tristes, doentes, e muitos pediam moedas e comida, já outros, corriam de um lado para o outro brincando na praça.

Ao notarem a presença dos educadores corriam alegremente para falar do que haviam feito: “Olha tio meu desenho! Tá bonito né?! Trouxe hoje folhas e lápis de cores pra gente desenhar? Tio, estou com fome, não comi nada ainda! Quero um

brinquedo”. Aquela situação me inquietava, por perceber o quanto aquelas crianças eram desrespeitadas em suas necessidades essenciais. Sentia tristeza em perceber quanto aquela infância é diferente da que eu tive.

Entre novembro e dezembro de 2017, iniciou o período de provas na faculdade, e em seguida, as férias. Fui para casa dos meus pais no interior, e por isso não pude ir mais a campo. Contudo, fui até à FUNCI, sede do Programa, para informar que retornaria ao campo no início do próximo semestre. Assim, no ano seguinte, retornei a campo, em março.

Em 14 de março de 2018 fui com os educadores para a Praça da Sé, durante a manhã, mas não houve abordagem, pois não havia nenhuma criança na praça. Relataram que essa praça não era muito frequentada pelas crianças, e quando havia, era no período da tarde. Nesse mesmo dia à tarde, fomos para a Praça do Ferreira, e o cenário apresentado pelas crianças e famílias era sempre o mesmo, e as demandas solicitadas pelas famílias e apresentada pelas crianças em situação de rua, também não eram diferente uma da outra.

No dia 16 de março de 2018 pela manhã, fui com os educadores para a Praça da Lagoinha e ao chegarmos lá, combinei com os educadores sobre o melhor dia para as entrevistas.

Diante isso, estávamos nessa praça com um clima agradável, frio, com muitas árvores, sem muita movimentação e barulho, e sem a presença de criança. Então, sugeriram que poderia entrevistá-los naquele momento. Assim, realizei a primeira entrevista coletiva, com três Educadores Sociais. A conversa durou cerca de uma hora. Foi entregue e assinado pelos mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Não aceitaram gravação das informações concedidas e preferiram responder e escrever a entrevista coletivamente.

Percebi durante a conversa, uma empolgação em discutir os assuntos colocados, o debate surgia entre eles, notei que sentiam valorizados por serem ouvidos e por fazer parte de uma pesquisa.

Não interfeiri no diálogo, me concentrei em ouvir e os deixei livres para responderem as perguntas, pois estavam envolvidos na questão, respondendo apenas seus questionamentos.

Quando vamos a campo, definimos um leque de métodos para executar a pesquisa e construir a monografia, porém, entende-se que nem sempre os métodos

serão executados como planejado, pois o campo é muito dinâmico e durante o decorrer da pesquisa surgem outros caminhos.

Conforme havia combinado com os dois educadores para entrevistá-los, no dia 22 de março de 2018 pela manhã, comecei a realizar a segunda entrevista na Praça do Ferreira.

Depois disso, o Coordenador liga e me informa que para dar continuidade a pesquisa teria que levar outro ofício para a FUNCI. O mesmo pensava que eu já teria concluído a pesquisa, provavelmente, havia esquecido o que eu havia lhe falado acerca do meu retorno para dar continuidade à pesquisa depois das férias.

Dito isso, no dia seguinte fui deixar o ofício na FUNCI, localizada na av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres, Fortaleza – CE, próximo à faculdade Ratio. O retorno para liberar a continuidade da pesquisa demorou em torno de mais ou menos um mês, e isto, me inquietou, então, fui à instituição saber se haviam liberado, e a recepcionista informou que não tinham visto ainda o ofício, mas que ela iria pedir para agilizar. Foram dias sem resposta, e isto, me deixou muito ansiosa e angustiada.

No dia 22 de abril de 2018, às oito horas da manhã, cheguei ao programa e falei com o Coordenador e pedi seu apoio para o acesso aos documentos e dados institucionais e estatísticos do Programa. Neste dia, realizei entrevista com outro Educador Social. Embora ele estivesse no horário de trabalho e eu tivesse que esperá-lo por algumas horas, fiquei à sua espera no programa e muita grata por sua gentileza. Pois dispôs do horário de seu almoço para eu entrevistá-lo.

Durante a entrevista, o Educador Social relatou sobre o desenvolvimento do seu trabalho junto às crianças em situação de rua, com paixão e carinho. Falou do vínculo que era construído com essas crianças, e ao mesmo tempo, notava sua voz embargada e em seus olhos, uma tristeza, ao falar das crianças que abordou.

Lembro que narrou uma história de uma criança que se encontrava sozinha, nua e desorientada em um viaduto. Ela apresentava um nervosismo incontrolável, onde ninguém conseguia acalmá-la. Diante desta circunstância, conseguiu segurar a criança, pois deixá-la ali, seria terrível e angustiante. Após esta narrativa, notei que estava controlando suas lágrimas. Eu também não consegui controlar as minhas emoções.

No dia 11 de maio de 2018, no Programa Ponte de Encontro, realizei

entrevista com a Assistente Social. Nesta ocasião, o Coordenador me repassou os dados estatísticos produzidos pelo Programa.

Senti que as entrevistas ofereciam uma oportunidade de escuta e compartilhamento de um cotidiano de trabalho angustiante, talvez por isso, boa parte das entrevistas ocorriam como uma espécie de desabafo.

Ao concluir a última entrevista, informei a entrevistada, assim como os demais, que retornaria ao programa para deixar minha monografia impressa e que poderiam vê-la e lê-la, assim como, para que outros pesquisadores pudessem tê-la como referência em seus estudos e pesquisas. Informei também, que eram convidados a assistir a defesa de minha monografia, pois diria a data da defesa quando estivesse marcada. A seguir relato sobre o perfil dos entrevistados do Programa Ponte de Encontro.

2.3. Perfil dos entrevistados

Os sujeitos da pesquisa foram sete profissionais do programa Ponte de Encontro, sendo cinco educadores (as) sociais, uma assistente social e o coordenador do programa. O perfil dos (as) sujeitos (as) entrevistados foi descrito com nome fictício, por questões éticas. Estes foram escolhidos pela pesquisadora, com a permissão dos (as) sujeitos (as), e serão apresentados com nomes de flores.

A seguir apresentamos os entrevistados junto com seus perfis:

Entrevistada 1: EDUCADORA SOCIAL, ASTER SIMPATIA (nome fictício)
A Educadora Social Aster Simpatia⁴, tem vinte e dois anos de idade, sexo feminino e solteiro. Mora em Fortaleza, com os pais e trabalha como educadora social do Programa Ponte de Encontro da FUNCI há dois anos. Registrou que este trabalho trata-se de sua primeira experiência profissional. Está concluindo o curso superior de enfermagem na Faculdade Maurício de Nassau. Resolveu participar da seleção para o programa porque sempre teve afinidade com a temática de crianças e adolescentes. Durante a entrevista relatou que: **“Cada educador tem visões diferentes”**. (A entrevista ocorreu na Praça Lagoinha de Fortaleza - CE, em 16 e março de 2018 pela manhã).

Entrevistada 2: EDUCADORA SOCIAL, FRÉSIA SILENCIOSA (nome

⁴ Entrevistada 1- Nomeada como Aster Simpática (ÁSTER - Nome de uma rosa que significa Lealdade, fidelidade, sabedoria, bons pensamentos, poder, luz; SIMPATIA, por ser uma educadora simpática entre os profissionais, tendo bom relacionamento com ambos, e com um sorriso sempre no rosto).

fictício)

A Educadora Social Frésia Silenciosa⁵, tem cinquenta anos de idade, é do sexo feminino e casada. Mora em Fortaleza, trabalha como Educadora Social do Programa Ponte de Encontro da FUNCI há três anos. Resolveu participar da seleção para o programa por que sempre trabalhou com crianças. Durante a entrevista relatou que: **“Gosto do que faço! Trabalhar com crianças”**. (A entrevista ocorreu na Praça Lagoinha de Fortaleza - CE, em 16 de março de 2018 pela manhã).

Entrevistado 3: EDUCADOR SOCIAL, CACTO GENTIL (nome fictício)

O Educador Social, Cacto Gentil⁶ tem trinta e um anos de idade, do sexo masculino e solteiro. Mora em Fortaleza com sua namorada e os filhos e trabalha como educador social do Programa Ponte de Encontro da FUNCI há três anos e ganha mil reais (1.000). Resolveu participar da seleção para o programa por que foi um trabalho que se identificou. Durante a entrevista relatou que: **“É triste vê as crianças nessa situação”**. (A entrevista ocorreu na Praça Lagoinha de Fortaleza - CE, em 16 de março de 2018 pela manhã).

Entrevistado 4: EDUCADORA SOCIAL, LÍRIO (nome fictício)

A Educadora Social Lírio⁷ tem vinte e sete anos de idade, do sexo feminino e casada. Mora em Fortaleza com três pessoas e trabalha como Educadora Social do Programa Ponte de Encontro da FUNCI há três anos e ganha mil e duzentos reais (1.200). Registrou que este trabalho trata-se de sua primeira experiência profissional. Resolveu participar da seleção para o programa por que se identifica com trabalho. Durante a entrevista relatou que: **“Quando não vimos às crianças no seu local de sempre, já ficamos preocupados”**. (A entrevista ocorreu na Praça do Ferreira de Fortaleza - CE, em 22 de março de 2018 pela manhã).

Entrevistado 5: EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO (nome fictício)

O Educador Social, Edelvais Sereno⁸, tem trinta e dois anos de idade, do sexo masculino e casado. Mora em Fortaleza com os pais e filho e trabalha como educador social do Programa Ponte de Encontro da FUNCI há nove anos e ganha mil e duzentos reais (1.200,00). Registrou que já vê teve outras experiências profissionais como instrutor de arte. Resolveu participar da seleção para o programa porque se identifica com o trabalho de educador social e por que precisa pagar as contas. Durante a entrevista relatou que: **“A rua é muita dinâmica e o educador tem que aprender a conhecer as linguagens da rua e os modos da rua”**. (A entrevista ocorreu na instituição do Programa Ponte de Encontro em Fortaleza - CE, no dia 26 de abril de 2018 pela manhã).

Entrevistada 6: ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA (nome fictício)

⁵ Entrevistada 2 - Nomeada como Frésia Silenciosa (FRÉSIA- Nome de uma rosa que significa Acolhimento, proteção, calma; SILENCIOSA, por que aparentemente era calma e de poucas palavras).

⁶ Entrevistado 3 - Nomeado como Cacto Gentil, (CACTO – nome de uma rosa que significa Perseverança; GENTIL, pois estava sempre agradando os (as) outros (as) educadores, mantendo bom relacionamento e apresentava ser um educador perseverante com as demandas abordadas, em buscar saber a razão e caminhos para a solução do problema).

⁷ Entrevistada 4 - Nomeada como Lírio, (LÍRIO- nome de uma rosa que significa pureza e respeito, a escolha desse nome se deu por que ela, enquanto educador social nas suas abordagens a criança em situação de rua, as tratam com uma plena pureza e respeito).

⁸ Entrevistado 5: Educador social, nomeado como Edelvais Sereno (EDELVAIS- nome de uma rosa que significa ousadia, coragem nobre; pois é um educador ousado e tem uma coragem nobre enquanto educador social nas suas abordagens a criança em situação de rua conforme seus relatos enquanto educador; SERENO por ele denota paz e tranquilidade de espírito na sua personalidade).

A Assistente Social, Gerbera⁹, tem quarenta anos de idade, do sexo feminino e casada. Mora em Fortaleza com Esposo e filho de um ano e cinco meses e trabalha como Assistente Social no Programa Ponte de Encontro há oito anos e ganha dois mil e quinhentos reais (2.500,00). Teve como outras experiências de trabalho, mas sempre na FUNCI em diferentes programas. Esteve nos acolhimentos como educadora social, e no NUPRED, como assistente social. Iniciou como estagiária e relatou: "tenho muito respeito pela instituição". Estou ainda por uma questão de mercado de trabalho, como outros profissionais que precisam vender sua força de trabalho, mas também por uma identificação com a "causa". Durante a entrevista relatou que: "**Enquanto profissional, não tem como não se emocionar com certas situações**". (A entrevista ocorreu no programa Ponte de Encontro, em 18 de maio de 2018 pela manhã).

Entrevistado 7: COORDENADOR (nome fictício)

O Coordenador tem cinquenta e dois anos de idade, do sexo masculino e casado. Mora em Fortaleza com sua esposa e uma filha e trabalha como Coordenador do Programa Ponte de Encontro há quinze anos. Nove anos em período anteriores e retornou para o programa em 2013. Registrou que é formado em Licenciatura e Bacharelado em Psicologia e Pós- graduação. Resolveu trabalhar no programa por identificação com a proposta de trabalho. Durante a entrevista relatou que: "**infelizmente, a baixa qualidade de vida das famílias, obrigam a procurarem uma renda a mais**". (A entrevista ocorreu no Programa Ponte de Encontro, em 30 de outubro de 2017 pela manhã).

Conforme os perfis dos entrevistados, a maioria tem acima de trinta anos de idade, são casados, com uma distribuição igualitária entre homens e mulheres em relação ao sexo, todos moram em Fortaleza, residem com a família, e tem uma renda acima de mil e duzentos reais (1.200,00).

A maioria dos profissionais trabalha no programa há mais de três anos e as experiências de trabalho de quase todos, foram com crianças em situação de rua, o motivo de trabalharem na instituição é por afinidade e identificação com a missão do programa. A inserção no programa se deu por meio de seleção.

No próximo capítulo está descrito, os avanços e limites para a proteção dos direitos sociais da infância no Brasil, embasados nas legislações, assim como, em autores que fundamentam sobre a discussão, enfatizando o posicionamento da pesquisadora acerca da problemática apresentada.

⁹ Entrevistada 6: Assistente Social, nomeada como Gerbera (GERBERA- nome de uma rosa que significa energia, alegria, amor nobre. Este nome foi lhe dado por ser uma profissional que transparece energia, alegria e amor nobre no seu ambiente de trabalho e no que faz.

3. AVANÇOS E LIMITES PARA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DA INFÂNCIA DO BRASIL

Neste capítulo apresentamos a discussão em três partes. Na primeira, discutiremos a contextualização, histórico-conceituais acerca da criança no reconhecimento em sua condição de cidadão com direitos e deveres. No segundo, item, abordamos os conceitos e desenvolvimento acerca das políticas públicas: Elementos para uma análise crítica e, no último e terceiro item, discutimos sobre as políticas públicas e a rede de proteção à infância como direito social, apontando as conquistas acerca das políticas públicas e redes de proteção para a infância no decorrer de alguns anos.

3.1. Breves reflexões histórico-conceituais sobre a infância

Devemos recapitular, que as principais políticas públicas que conhecemos, foram conquistadas através de fortes tensões e movimentos sociais típicos de uma sociedade de classes. Estes momentos são centrais, pois aprofundam espaços de democracia e aumentam a visibilidade dos sujeitos de direitos. Lembramos também, que do ponto de vista histórico, a descoberta da criança como sujeito de direito é algo recente. Dessa forma, seu reconhecimento pela família, pela sociedade e pelo Estado não pode ser considerando algo natural.

Assim, alguns historiadores veem as crianças não somente como os que cumprem um papel importante e significativo na trama histórica da sociedade brasileira, mas também, como afirma Frontana (1999), “como personagens que se constituem em objeto de representações reveladoras das visões de mundo que compõem nossa história cultural”.

Conforme Frontana (1999), a história da criança está relacionada às maneiras de ver, aos sentimentos e às atitudes que a sociedade, ao longo dos tempos, produziu e reproduziu em relação à infância. Então, a imagem da criança historicamente é vista de acordo com o olhar e interpretação de cada personagem; sinaliza ainda, sobre a reconstrução de papéis sociais, sejam econômicos, sociais e culturais pela criança e adolescentes, conforme o trecho a seguir:

O desafio de escrevê-la consiste, justamente, em reconstituir os papéis sociais desempenhados pela infância e pela adolescência nos diversos momentos políticos, sociais, econômicos e culturais vividos pela sociedade brasileira, procurando compreender as formas peculiares de sua inserção nesses contextos históricos globais. (FRONTONA, 1999, p. 19)

Desse modo, às crianças e adolescentes em suas determinadas épocas, são postas atribuições e identidades que lhe significam, seja para reconhecê-las ou oprimi-las, em âmbito do Estado, institucional e social. Na sua história, passam por diversos cenários de dominação, ditos como enjetados e moldados desde seu reconhecimento social.

Segundo Del Priore (1996), resgatar história de criança brasileira é dar de cara com um passado que se inclui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessam a vida de milhares de meninos e meninas no seu contexto histórico, marcado por mais de três séculos no Brasil por situações trágicas, como violência, seja doméstica e sexual, abandono, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, doenças, queimaduras que sofriam no trabalho escravo, e no trabalho nas indústrias.

A autora ainda resgata que dessa história surge uma imagem do autoritarismo e a indignidade imposta por adultos às crianças, surgindo também, uma história de amor paterno e materno, de afeto e humanidade.

A fim de compreender a história, Del Priore (1999), faz um resgate dos primeiros momentos da então colônia de Santa Cruz para observar a tentativa de adestramento físico e mental a que foram submetidos às crianças indígenas pelos jesuítas. A chegada dos jesuítas no novo mundo, Terra de Santa Cruz, no século XVI, na qual a imagem que tinham do ocidental era terra de assombro, e purgatório de terras de almas pecadoras.

No entanto, a mesma autora frisa, que o mais importante no que diz respeito à infância brasileira e aos jesuítas, foi “a elaboração também quinhentista e europeia, dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança” (DEL PRIORE, 1996, p. 11).

Nesse período, a igreja católica responsabilizava-se particularmente pela disseminação de duas imagens, que embora desvinculadas da vida “das crianças comuns”, como a própria autora fala, ajudaram a alterar a maneira pela qual os

adultos as “pensavam” e acompanhavam seus passos. Assim Del Priore (1996, p. 12), descreve duas representações infantis:

A da criança mística e da criança que imita Jesus. Exaltando aquelas cuja fé ajudava a suportar a dor e a agonia física, os pequenos místicos chamavam atenção para as qualidades individuais da criança. Constituiu-se, assim, o mito da criança santa, cujos padrões eram Pedro de Luxemburgo e Catarina de Siena. Por outro lado, fabricava-se obstinadamente, na metade do século XVI, a devoção ao menino Jesus, que se expandiu no XVII, graças aos frades carmelitas, oratorianos e, sobretudo à pregação sistemática do cordel Bérulle.

Dessa maneira, as características dadas à criança, com olhar vinculado a igreja, ao pequeno luminoso Jesus, de divinizadas, somadas a sua doçura, inocência, tocaria a todos que a cercassem.

Essa imagem que foi estudada por Ariés, era um afresco melhorado e especializado da infância, no final da idade média e que Del Priore (1996), aponta a criança percebida enquanto um ser anedótico e engraçadinho. Foi a esse vê, a emergência das atitudes de valorização da infância, somada à elaboração de um modelo ideológico da criança - Jesus.

Segundo Del Priore (1996), o sentimento de valorização da criança enquanto um ser cheio de graça e vulnerabilidade corrente na Europa, não estava ausente do coração dos jesuítas que viam nos pequenos indígenas “um inocente... muito elegante e famoso”; o bom amor, aquele moldado nos princípios morais da igreja, baseava-se, sobretudo “no aproveitamento, nos costumes e vida Cristã”, e conseqüente adestramento moral e espiritual destas Índias do Brasil.

Na Europa ocidental, dita o velho mundo, século XVI, momento da descoberta da infância, segundo Ariés (1975), afirma que os adolescentes rosados e bochechudos, forma como ele caracteriza, eram pintados em retratos brincando nas ruas lamacentas, urinando ou jogando nas esquinas ouvindo lições religiosas. Dessa forma, a arte começou a perceber a criança e o adolescente através de suas imagens posta em retratos.

Ariés (1975) resgata a história da criança resumida em dois diálogos sobre a transformação dos sentimentos de infância e de família, a partir do exame de pinturas, antigos diários de famílias, testamentos, igrejas e túmulos. Refere-se inicialmente à nossa velha sociedade tradicional. Segundo o autor, essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente.

A duração da infância era traduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturado aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformou imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da idade média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÉS, 1975, p. 10).

Desse modo, segundo o autor, a transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo geral, a socialização da criança não era, portanto, nem assegurados, nem controlados pela família. Salienta ainda que a criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos, a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. Argumenta que a sociedade tradicional confundia as crianças e os jovens com os adultos. “A criança aprendia as coisas que deveria saber ajudando os adultos a fazê-las”. (ARIÉS, 1975, p. 10)

Conforme Ariés (1975), a passagem da criança pela família e pela sociedade, era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão, de forçar a memória e tocar a sensibilidade. O sentimento da infância era muito superficial, na qual o autor denomina esse sentimento de “paparicação”, que não chegava a sair de uma espécie de anonimato. Quando ela conseguia superar os primeiros perigos e sobreviver ao tempo da “paparicação”, era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família.

O segundo sentimento acerca da criança, de acordo com Ariés (1975), mostra o novo lugar assumido pela criança e a família em nossa sociedade industrial, na qual ele busca compreender em duas abordagens distintas. A escola substitui a aprendizagem como meio de educação. O autor coloca que a criança deixa de ser misturado aos adultos e de aprender a vida através do contato com eles. A separação dos adultos se deu numa espécie de quarentena, ou seja, escola e colégio, antes de ser solta no mundo.

A partir do interesse dos pais pela educação dos filhos, surgiu um sentimento novo nos séculos XIX e XX, pois os pais acompanhavam com uma solicitude habitual a educação da criança, essas, que seria sua honra e daria continuidade aos seus bens. Segundo Ariés (1975, p. 10),

A família começou então, a se organizar em torno da criança e a lhe dar um Atal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornaram impossíveis perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela.

Posto a educação como interesse da família aos seus filhos, o mesmo autor afirma, que essa situação de separação que se deu numa espécie de quarentena, ou seja, escola e colégio podia ser consequência do isolamento prolongado dos jovens a família e na escola. Pois “elas mostravam também que o sentimento da família e a escolarização intensa da juventude eram um mesmo fenômeno, um fenômeno recente, relativamente datavel, e que antes a família se distinguia mal dentro de um espaço social muito mais denso e quente”. (ARIÉS, 1975, p. 10)

Ressaltamos aqui, que por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Temos como a hipótese mais provável, que não havia lugar para a infância nesse mundo, bem como colocado pelo próprio autor Ariés (1975).

Mas durante esse mesmo século, houve uma evolução, a longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos. “A ideia de infância estava ligada a ideia de dependência. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou ao menos, dos graus mais baixos da dependência”. (ARIÉS, 1975, p. 42)

De acordo Ariés (1975), no século XIII as crianças eram simplesmente reproduzidas numa escala menor, pois apenas seus tamanhos o distinguia dos adultos, elas são representadas com maior frequência, mas nem sempre são características por algo além do seu tamanho.

Destaca ainda que até o fim do século XIII, no mundo das fórmulas românticas, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim, homens de tamanho reduzido. Por volta do século XVIII, Ariés (1975, p. 52 - 53), destaca que surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno:

Surgiu o anjo, representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente [...] era a idade das crianças mais ou menos grandes, que era educados para ajudar à missa, e que destinadas às ordens, numa época em que não havia seminários [...] O anjo de Reims, por exemplo, seria um menino grande, mais do que uma criança, mas os artistas sublinhariam como afetação os traços redondos e graciosos- e tanto efeminados- dos meninos mal saídos da infância. O *segundo* tipo de

criança seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus era, ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem, e ao culto de Maria. No início Jesus era como, as outras crianças, uma redução do adulto [...] a evolução em direção a uma representação mais realista e mais sentimental da criança começaria muito cedo na pintura: numa miniatura da segunda metade do século XII, Jesus em pé veste uma camisa leve, quase transparente [...] e *um terceiro* tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança na nua. O menino Jesus quase nunca representado despido. Na maioria dos casos, aparecia, como as outras crianças de sua idade, castamente enrolado em cueiros ou vestido, uma camisa ou uma camisola. Ele só se desnudaria no final da idade média.

Diante disso, percebemos que a cada década o reconhecimento a cerca da criança se contextualiza historicamente em mudança de sentimento, características, conceitos, na sociedade. Conforme Sonia Kramer (1992), a análise das modificações do sentimento devotado à infância é feita à luz das mudanças ocorridas de organizações da “questão da criança” no presente, não mais estudada como um problema em si, mas compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserido.

Nesse sentido, a partir do século XIX e começo do XX, surgiu outra denominação a criança, a palavra menor, que aparecia frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro. De acordo com Del Priore, (1996), descobrem essa denominação “menor”, as crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob autoridade dos seus pais e tutores, são chamados pelos juristas de abandonados. Frisamos aqui, que antes dessa época, o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito. Conforme Del Priore (1996) é a partir de 1920, que a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de, definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.

Essas crianças, ou seja, chamadas de menores, eram abandonadas. As crianças que “povoavam as ruas centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos”. (DEL PRIORE, 1996, p. 134 - 135)

Conforme Del Priore (1996), até o século XIX, a palavra menor como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, era usado para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas. A autora frisa que no período colonial, a

palavra menor aparece em alguns documentos associada quase sempre à palavra idade. Assim como, “nas ordenações do Reino a respeito do casamento fala-se de “orphao” ou menor de 25 anos”. (DEL PRIORE, 1996, p. 130)

Nesse sentido, segundo Leal e Andrade (2005) esse termo é vago, utilizado para definir a pessoa menor de idade. Historicamente, revestiu-se de um sentido pejorativo para designar crianças e adolescentes a partir de suas necessidades ou comportamentos (menor infrator, menor carente, menor abandonado). Esse conceito atualmente é “inapropriado e foi superado pela atual legislação nacional e internacional em relação aos direitos infanto-juvenis”. (LEAL; ANDRADE, 2005, p. 74)

Posto isso, ao relacionar com as observações na pesquisa de campo, com as definições citadas pela autora anterior, não é diferente, no sentido de crianças e adolescentes carentes, abandonados, definidos não como menor, mas como crianças em situação de rua, que se encontram diante dessas definições/situações.

As praças no Centro de Fortaleza são cercadas por comércio e vendedores transitam crianças e adolescentes em situação de rua com suas famílias, outras com pessoas desconhecidas, ou sozinhas abandonadas por sua família. Fazem da praça sua moradia, onde estão seus colchões sobre o chão, bolsas, roupas e etc., cada uma no seu próprio grupo. Nem todos que estão na praça possuem casa, mas a maioria tem onde morar, mas vão para as ruas vender/pedir para sobreviverem, e ajudar na renda de casa que não é muita. Ali as crianças encontram sua maneira de sorrir, às vezes pedindo moedas, comida, ou até mesmo atenção, outras vezes vendendo algum tipo de produto, ou fazendo do seu próprio corpo um produto a venda. (DIÁRIO DE CAMPO, 24 DE NOVEMBRO DE 2017).

Desse modo, essa definição menor, se dava as crianças que se encontravam em situação de pobreza, também de acordo com Del Priore (1996), os juristas assinalavam que aqueles menores eram principalmente, abandonados pelo o Estado, que ignorava e tratava como simples caso de polícia e de simples repressão urbana. “O menor não era, pois filho “de família” sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente”. (DEL PRIORE, 1996, p. 135)

Para ressaltar, destacamos que em 1979, especificamente no século XX, remete à antiga doutrina da situação irregular que inspirou o Código de Menores (Lei nº 6.697/67), que dispunha da proteção e vigilância aos menores de 18 anos de idade, uma legislação de caráter repressivo.

Nesse sentido, devido o conceito menor ser inapropriado, conforme Leal e Andrade (2005) foram banidos do vocabulário de quem defende direitos da infância e do adolescente, as legislações, por ser discriminatório e dirigido apenas a crianças e adolescentes pobres, negros, em situação de rua ou que contem ato inflaciona.

Posto isso, o conceito menor que inspirou o Código de Menores, foi revogado e substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que considera a criança e o adolescente como cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento com direitos internacionais reconhecidos, considerada uma das leis mais avançadas na defesa do direito das crianças e dos adolescentes.

Atualmente, de acordo com o ECA (Art. 2º), “criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

A criança é reconhecida pela legislação brasileira e pela ONU, como pessoas em condições especial de desenvolvimento que devem serem tratadas pela família, sociedade e Estado como sujeitos de direitos legítimos que forma conquistada através de movimentos de conscientização e respeito pelas crianças e pelos adolescentes.

Enfim, a criança diante das legislações, bem como das políticas públicas, ganha importância não só no campo jurídico, mas porque ela passa a ser enxergada como o futuro e garantia de que será o capital humano, que o capital industrial precisa para se reproduzir.

Porém, devemos perceber como pessoas críticas, que ainda se tem muito em que avançar, enquanto efetivação dos direitos postos nas legislações, pois crianças ainda são conceituadas, diferenciadas e tratadas na sociedade de forma desigual, diante de um sistema que os desprezam, seja no âmbito da pobreza, situação de rua, gênero, cor da pele que leva inúmeros conceitos de crianças de forma preconceituosa.

No próximo tópico abordaremos conceitos e desenvolvimento acerca das Políticas públicas, baseando-se em autores e nas legislações que discutem sobre esse fenômeno, bem como os apontamentos dos autores acerca da representação e atuação das políticas na sociedade.

3.2. Conceitos e desenvolvimento acerca das Políticas públicas: Elementos para uma análise crítica

Para uma melhor compreensão da problemática abordada, neste tópico explanamos uma discussão teórica sobre o conceito e desenvolvimento da categoria das políticas públicas em geral, a partir de autores clássicos, que discutem sobre a categoria e apresentam as contradições e tensões da mesma até os dias atuais.

As políticas públicas foram marcos de conquistas e lutas sociais organizadas no confronto de classes na sociedade e, implantadas pelo Estado em prol da proteção social para atender as demandas das necessidades humanas.

Para Pereira (2017), a política social, ou seguridade social, surgiu nos fins do século XIX, em resposta a conflitos sociais adensados pelo avanço da industrialização e por uma progressiva conquista popular de direitos. Sinaliza ainda que, em se tratando da política social, a história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sociocultural, a política social tem procurado satisfazer necessidades sociais, mas como Casado (1998) afirma, sem deixar de atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação e o prestígio”. No trecho a seguir a Pereira (2017, p. 28) aponta a política social:

[...] como um componente ou produto, que é, da velha e conflituosa relação entre Estado e sociedade. No marco das formações sociais de classe (não importam a natureza e a idade que tenha), vai sempre lidar com interesses opostos, já que ela resulta da pressão simultânea de sujeitos distintos.

Desse modo, as políticas públicas em seu contexto, sinalizam controle, interesses, organização política e social, desde sua implementação embora seja em prol da proteção social, a mesma sendo consequência da questão social e sobre tudo da desigualdade na sociedade brasileira.

Outro caso que percebemos é que as políticas sociais públicas estão sendo cada vez mais privatizadas, caucionando fortes conflitos a proteção humana, e isto, “em relação aos seus destinatários, (os demandantes de atendimentos de necessidades sociais), não é automático; e que seu intento de prevalecer tem de enfrentar forças poderosas”, e para isso, é colocado desafios, mais lutas como direitos públicos nessa competição. (PEREIRA, 2017, p. 28)

Dessa forma, buscar saber de fato, a essência para além do que se inscreve

no cotidiano, observar o contexto histórico, é indispensável, tal como afirma Pereira (2017), “suscitar controvérsias e de atrair para si reflexões e posturas críticas”.

Segundo Secchi (2012), a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema. Vejamos a definição em detalhe:

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2012, p. 2)

Nesse sentido, as políticas públicas se tornam uma forma legítima de enfrentamento à questão social, e tratamento de um problema das necessidades humanas, que a partir da Constituição Federal (1988), põem que o Estado deve formular políticas públicas para atender as necessidades de todos aqueles que dela necessitam como construção de interesses coletivos para o bem-estar de todos os cidadãos.

Para Rua (1998), a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. Existem políticas públicas que são interpretadas como somente macro diretrizes estratégicas, ou conjunto de programas. (FÁBIO, 1997, MASSA, 2002)

No conceito de Heideman (2010, p. 31),

a política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, e devem ter a abordagem multicêntrica, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, em promover as “políticas públicas”.

Para Secchi (2010), a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim, uma política pública recebe este adjetivo, se tem a intenção de responder a um problema público. Com isso, as políticas passam a fazer parte da vida e do cotidiano do sujeito que é englobado na questão social e necessita da mesma, como meio da proteção social, e o bem-estar, tanto no âmbito da seguridade social, saúde, previdência, educação, entre outros, necessárias no que se refere ao direito do indivíduo na sociedade.

Posto isso, não se pode deixar de frisar que a questão social, é consequência

de um sistema que exclui, que gera os problemas na sociedade, este que é aliado ao Estado, donde o próprio Estado deve solucionar os problemas sociais, através de políticas públicas.

Segundo Pereira (2004, p. 112), a questão social foi,

“suscitada no início do século XIX, não só pela existência efetiva, real, de condições desumanas de vida e de trabalho do proletariado emergente no bojo do moderno processo de industrialização”, mas, sobretudo, pela “tomada de consciência e reação dessa classe contra essas condições”.

Então, frisamos aqui, que conforme colocado na citação de Pereira (2004), percebemos que a questão social e as políticas públicas são suscitadas no mesmo século, e isto, nos faz entender as mesmas, como forma para o enfretamento da questão. Além disso, é de suma importância sabermos que a questão social é tomada não só pelo fato da exclusão, mas por a população excluída ter a consciência das precárias condições vividas que deve ser solucionada pelo Estado.

Posto as políticas públicas como conquistas e caminho ao enfretamento a questão social, mencionamos no próximo item, as políticas públicas e redes destinadas à população em situação de rua, já que a problemática discutida aqui tratar das especificidades de um programa público, que atende crianças em situação de rua.

3.3. Políticas Públicas e Rede de proteção a infância como direito social

Neste tópico, discorreremos as conquistas acerca das políticas públicas e redes de proteção a infância nos decorreres de alguns anos, para compreendermos a existência das atuais políticas públicas volta à criança atualmente.

Posto no subtítulo anterior as políticas públicas como direito e necessária para o enfretamento ao problema social, a partir da Constituição Federal (1988) e posteriormente o ECA (1990), que estabelece a política como direito que deve ser garantido pelo Estado para aquele que dela necessita, para a construção de soluções dos problemas existentes, e visto, a criança e sua família em situação de rua como um problema. Problema este, reflexo da pobreza, da exclusão e da desigualdade da sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, prolongado em 13 de julho de 1990, regulamentou e assegurou direitos estabelecidos pela Constituição, na qual

está posto no artigo 86 que “a política de atendimento a dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Com a regulamentação do artigo 227 e 228 da Constituição Federal (1988), que foi citada no início da introdução, norteou para a elaboração do ECA, na qual define a criança como sujeito que deve ter prioridade absoluta, com direitos assegurados tanto pelo Estado, pela família e sociedade.

Não se pode negar que para a efetivação do ECA foi uma conquista de processos legislativos desde o século XX, decorrente de diversos congressos, assembleias e encontros no Brasil, para a discussão dos mais diversos direitos humanos. Para compreendermos como se deu esse processo até o ECA, citamos brevemente alguns desses processos a seguir, baseados em autoras que falam sobre o assunto.

Conforme Leal e Andrade (2005) descrevem no guia para formação de frentes parlamentares da criança e do adolescente, este processo legislativo teve início em 1989 na assembleia geral com a Declaração de Genebra, tendo em vista proporcionar proteção especial a criança. Em seguida, com a Declaração sobre os direitos da criança de 1959, que entende a criança em decorrência da sua imaturidade física e mental, requer proteção e cuidados especiais, antes e depois do nascimento. Ainda segundo as autoras:

Em 10 de outubro de 1979 foi aprovado o código de menores, que dispunha da “proteção e vigilância aos menores em situação irregular”. Antiga lei reguladora das questões relativas às pessoas menores de 18 anos de idade, legislação de caráter repressivo e correccional revogada em 1990 e substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (LEAL; ANDRADE, 2005, p. 55).

Posto isso, a questão social que envolvia a infância e ao adolescente no país, seja pobreza, situação de rua, abandono, violência institucional, e com o código de Menores, que tinha caráter repressivo e ajustamento deste segmento etário, na qual sua preocupação seria com a criança e o adolescente, que apresentavam uma situação irregular, e não a garantia dos seus direitos; na década de 1980 houve denúncias, bem como movimentos sociais em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Souza (2016) ressalta que na década de 1980, “com os movimentos sociais em busca da derrocada da ditadura militar, a temática do direito da criança e do adolescente tomou uma proporção significativa no Brasil”. Segundo ela, durante esse período foi auge para várias manifestações, onde reuniu diversos militantes em defesa e conquistas dos direitos das crianças e dos adolescentes, que teve destaque para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR.

De acordo com Souza (*apud* IMPELIZIERI, 1995, p.15), com movimento do MNMMR,

foi uma época que a criança e adolescentes da rua no Brasil, passaram a ser visível na sociedade, pois não eram tidos como uma preocupação do Estado, de serem sujeitos que estão em desenvolvimento e necessita de cuidados absolutos, mas percebidos como causadoras de problemas e conflitos para a sociedade.

Conforme Silva (2005, p. 25), “as crianças e os adolescentes eram praticamente invisíveis no que diz respeito à cidadania civil e política”. Ainda segundo Silva (2005, p. 31):

Na conjuntura nacional da década de 1980, o Brasil vivia um clima de efervescência com o processo de transição político-democrático, com o (novo) sindicalismo, com o movimento das “Diretas-já”, com o movimento pela anistia e com as lutas por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis.

Essa invisibilidade da criança, e também com a própria população excluída, fez perceber que estavam sendo vítimas da exclusão, da repressão enquanto sujeitos de direitos, que necessitavam de amparo, e que teve como consequência, movimentos que resultou marcos nas conquistas de direitos, apontando o MNMMR, como um dos principais movimentos que “teve um importante papel para o desmonte do Código de Menores de 1979 e da elaboração do ECA”. (SOUSA, p. 3)

Por isso, frisamos como um dos marcos regulatório para o avanço dos direitos da criança e do adolescente, não descartando os demais processos como fundamentais para a constituição dos direitos a criança.

Dentro do quadro de direitos sociais conquistados, é postos tanto na Constituição, como no ECA, que é dever do Estado garantir políticas públicas para o enfrentamento da questão social. Diante disso, é importante ressaltar que na década de 1980, com os fortes movimentos sociais, a população em situação rua, sendo uma expressão da questão social e problema social, o país começa

lentamente pela transição de assistencialista para políticas de Assistência Social a esse público.

De acordo com Rua (2008), nos anos 90 começam algumas manifestações mais notórias no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, depois em 1995 o grito dos excluídos¹⁵, os seminários nacionais e também a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Nesse sentido, contribuiu fortemente para que esse público se tornasse visível e, na perspectiva de construção de políticas que garantissem seu direito. Pois, conforme a Constituição Federal (1988), todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se ao direito a vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No início do século XXI, no ano de 2001, ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004 segundo a Secretaria de Desenvolvimento Humano – SDH (Brasil, 2013) foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que resultou para à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua.

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Nacional - MDS fez um Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno – OAF/SP, com o objetivo de fortalecer através de capacitação para o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua. (SDH, 2013)

No ano de 2005, conforme Costa (2017) e Ferro (2012) são criados o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Segundo Costa, a criação deste movimento e de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua é resultado de protesto e cobranças, feitas após o acontecimento trágico em 2004 no centro de São Paulo, onde 15 moradores de rua sofreram violência e sete morreram.

Por consequência dessa tragédia, no ano de 2005, tivemos a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, sendo que este encontro propiciou o início da formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de

2005, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS 16 e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

Em 2008, houve a criação do documento Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente, à margem das prioridades dos poderes públicos. No documento aponta em uma das suas diretrizes que deve ter a:

Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua. (POLÍTICA NACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008, p. 15).

Posto isso, a população em situação de rua teve como equipamento, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, que pode garantir e viabilizar seus direitos, previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que se constitui em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal.

Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e direciona-se, obrigatoriamente, o PAEFI¹⁰, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Centro POP representa um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

No próximo capítulo, pontuamos para discussão sobre a criança em situação de rua em Fortaleza: Reflexões sobre a atuação do programa Ponte de Encontro,

¹⁰ PAEFI Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/servico_de_protecao_e_atendimento_especializado_a_familias_e_individuos_paefi.pdf>. Acessado em: março de 2018.

com embasamentos teóricos com os dados coletados dos (as) interlocutores (as) da pesquisa, no sentido de compreender com clareza as informações adquiridas.

4. CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO

Neste capítulo abordamos os principais resultados alcançados a partir da interlocução com os sujeitos que atuam no Programa Ponte de Encontro. Para isso, dividimos as discussões em três tópicos: Na primeira, trataremos sobre a rede de proteção à infância em Fortaleza, tendo como foco a FUNCI. No segundo, iremos refletir sobre as narrativas dos profissionais que atuam no Programa Ponte de Encontro e, no último, apresentamos os principais resultados da pesquisa relativos às estratégias de atuação dos profissionais ante a questão das crianças em situação de rua, em Fortaleza.

4.1. Rede de proteção à infância em fortaleza: Encontro e desencontro

A rede de proteção à infância em Fortaleza é composta por diversas redes, que se articulam ou que devem se articular, em prol a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Dentre as redes de proteção, destacamos o CRAS, que conforme a cartilha do CFESS (2011) desenvolve a proteção social básica de acordo com a PNAS (2004) e na NOB (2005), em que a Proteção Social Básica está referida em,

ações preventivas, que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção, e possuem u caráter mais genérico e voltado prioritariamente para a família; e visa desenvolver potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e se destina a populações em situação de vulnerabilidade social. (PNAS, p. 27)

Existe o CREAS, que se situa também como rede de proteção. Segundo a cartilha do CFESS (2011), são unidades de serviços de proteção social especial (média complexidade), para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Sinaliza ainda que:

Estar em situação de risco pessoal e social significa ter os direitos violados, ou estar em situação de contingência (pessoa com deficiência ou idosa necessitando de atendimento especializado). Normalmente, as pessoas em situação de risco social ainda estão convivendo com suas famílias. (CFESS, 2011).

Além dessas redes, fazem parte da proteção à infância: o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, as unidades de saúde, hospitais e escolas que compõem a proteção integral.

Destacamos também, como rede de proteção em Fortaleza, a Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI, que articula a rede de proteção à infância e tem como missão, promover e executar programas e projetos de defesa e proteção integral de crianças e adolescentes. Dentre os seus programas desenvolvidos, existe o Programa Ponte de Encontro, que também em prol da proteção a infância, articula as redes para a efetivação dos direitos e cidadania da criança em situação de rua, na qual lhe apresentamos conforme as falas coletadas do Coordenador e Educador social o programa durante a pesquisa:

“Na prefeitura, atualmente, é um dos programas mais antigos que existe, porque a FUNCI foi criada na gestão do prefeito Antônio Cambraia (1993 - 1996), e atravessou a gestão do Juraci Magalhães (1997-2000). Por volta de setembro pra outubro de 1995, foi criado um projeto, Da Rua Para a Cidadania, criado por alguns Educadores Sociais, com a abrangência de Fortaleza praticamente inteira. Trabalhavam nos terminais, no centro da cidade e Beira Mar. Durante esses vinte anos, desenvolvem esse trabalho. Houve uma mudança de origem do projeto, na parte da gestão da prefeita Luiziane Lins (2005 - 2008), que alterou o nome do projeto para Programa Ponte de Encontro. Toda a gestão tem uma característica metodológica de trabalho, mas basicamente continua a mesma, que é essa intervenção dos educadores nas ruas, mas agora com alguns acréscimos. O trabalho ARTE EDUCAÇÃO, que já existia, mas foi mais incentivado, com oficinas de surfes. Atualmente, só estamos trabalhando na Praça do Ferreira, onde tem uma grande concentração de crianças e adolescentes em situação de rua. A Praça do Ferreira tem presença do comércio muito forte, e isso, infelizmente, atrai muito a frequência das famílias para esse local. São 14 Educadores Sociais, trabalhando pela manhã, tarde e noite. Mas antes, eram uns oitenta educadores. O trabalho do Ponte, segue bem a linha do seu próprio nome, ponte, fazendo seu papel de ponte, entre instituições públicas que exercem o poder. Nosso trabalho é mais pedagógico, de conscientização, encaminhamento e recebemos denúncias também. O Ponte faz trabalho com as famílias também, pois elas fazem parte da vida dessas crianças”. (DIÁRIO DE CAMPO, 30 DE OUTUBRO DE 2017)

Ainda sobre o programa, outro entrevistado relata sobre a origem do mesmo, que a princípio tinha como nome, Da Rua Para a Cidadania, e que ocupa espaços hostis na perspectiva de transformar esses espaços em espaços acolhedores. O seguinte o entrevistado relata que:

Enquanto histórico, o Ponte de Encontro foi criado pelos Educadores Sociais de rua. Na época ele se chamava da Rua Para a Cidadania. Então havia uma equipe de educadores do Município de Fortaleza da FUNCI. Eu entrei no ano de 2005 e participei dessa equipe. Logo em seguida, essas

equipes, junto com alguns estudantes da UFC, começaram a entender que seria importante construir esse projeto, que até então só era só da Rua para a Cidadania. Então eles pegaram uma experiência de Portugal chamado a Ponte, cujo Rubens Alves escreve um livro sobre a ponte. Que foi uma experiência em São Paulo, de um grupo de moradores que revitalizam as ruas marginalizadas, que havia lixo, sujeiras. Naquela rua, as pessoas estavam utilizando para cometer furtos, usarem drogas. Então, a comunidade se apropriou daquela rua, limpavam aquele espaço e começam a fazer atividades artísticas naquela rua. Então a comunidade passou a ocupar aquele cenário que antes era um cenário hostil, e passou ser um cenário acolhedor. Então, o Ponte de Encontro surgiu nessa perspectiva, de ele ocupar espaços, que eram hostil, espaços que eram utilizados para usar drogas, e tinha pequenos furtos, ocupar esses espaços, transformar esses espaços, em espaços acolhedor. (EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO, 26 de abril de 2018).

O Programa Ponte de Encontro é um dos poucos que tem direcionamento específico à criança em situação de rua, e ainda se percebe que o programa durante as diversas gestações vem passando por modificações de forma não de avanços, mas de regressão, e isto, nota-se na redução de Educadores Sociais, pois antes eram mais de oitenta, e atualmente é composto por quatorze; outro fato é também na redução dos locais de abordagens sociais, trabalhando apenas nas praças, ocupando menos espaços nas ruas.

Para que de fato o Programa venha a concretizar sua atuação junto às crianças em situação de rua, o mesmo se articula com diversas redes de proteção a infância do município de Fortaleza, na qual apresentamos a seguir nas tabelas os encaminhamentos e total de crianças nas redes do ano de 2015 e de 2017, ou seja, as redes que o programa se articula.

QUADRO 1: DEMANDAS REALIZADAS DE CRIANÇAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA ENCAMINADAS A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA EM 2015.

Admitidos ¹¹	506
Total de atendidos	1045
ORIGEM DO PÚBLICO	
Demanda espontânea	61
Aproximação	430

¹¹ OBSERVAÇÃO: O admitido refere-se ao atendimento inicial, ou seja, crianças e famílias em situação de rua, atendidas pela primeira vez pelo programa.

Conselho Tutelar	05
Rede externa	04
TOTAL	506
ENCAMINHAMENTOS	
Interno	
Adolescente Cidadão	09
Crescer / Cidadania em Rede	04
Casa dos Meninos	15
Casa de Passagem	12
Rede Aquarela	01
TOTAL	47
Externo	
Abrigamento	62
Conselho Tutelar	92
Documentos	22
Posto de Saúde	06
CAPS AD	05
CAPS I	02
CRAS	18
Hospital	02
Escola/Creche	05
Comun. Terapeutica	01
Outros	34
TOTAL	253

Fonte: Programa Ponte de Encontro, pesquisa de campo, 2018.

QUADRO 2: DEMANDAS REALIZADAS DE CRIANÇAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA ENCAMINADAS A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA EM 2017.

Informações sobre Público Atendido	
Frequentes no mês	844
Admitidos no mês	679
Total	1.523
Origem do Público Atendido	
Demanda Espontânea	18
Por Aproximação	661
Rede Interna	---
Rede Externa	---
Total	679
Encaminhamentos Realizados	
Acolhimento – Criança/Adolescente (Prefeitura)	01
Acolhimento – Criança/Adolescente (Gov. do Estado)	01

Acolhimento – Criança/Adolescente (ONG)	16
Acolhimento – Família	--
Adolescente Cidadão (Rede Interna)	32
Cartório	116
Centro POP	09
Conselho Tutelar (Fortaleza)	53
Conselho Tutelar (outras comarcas)	01
CRAS	31
CREAS	05
Creche	--
Defensoria Pública	01
Escola	48
Fametro	03
Hospital	25
I-PREDE	02
Posto de Saúde	10
Rede Aquarela (Rede Interna)	--
Residência	05
Superintendência do Trabalho	01
Vapt Vupt	09
Vira Vida	
Total	369

Fonte: Programa Ponte de Encontro, pesquisa de campo, 2018.

Posto esses dados nos quadros acima, percebermos que o Programa Ponte de Encontro se articula com redes diversas de programas e instituições públicas da saúde, assistências social, educação, socio-jurídicas, entre outras. A rede é essencial para a efetivação do trabalho social junto às crianças.

De acordo com os dados apresentado, percebemos que dentre as principais demandas, se dão em encaminhamentos para o Conselho Tutelar, para Abrigos, documentação e Defensoria Pública. Na qual a instituição que apresenta maior demanda é o Cartório (116), documentação (22), Abrigamento (62), Conselho Tutelar (92).

O programa Ponto de Encontro, conforme o entrevistado atende o eixo de promoção previsto no sistema de garantia de direitos. De acordo com relato do Educador Social, Edelvais Sereno (26/04/2018), o mesmo afirma que “ele não é defesa, porque aí é, DCA e Conselho Tutelar. Ele também não é controle, por que o controle quem faz é o polo DCA, e a sociedade civil por ser um órgão público. Então ele é um eixo de promoção”.

Posto isso, compreendemos que o programa é um eixo de promoção aos direitos, ou seja, articula as redes para que de fato os direitos cheguem às crianças em situação de rua. Podemos compreender de forma mais detalhada entre o nome

do programa e sua atuação junto com as redes quando outro entrevistado coloca que:

O **Ponte** é o que o nome mesmo já diz, ele é a Ponte da rua para os direitos garantidos, ele faz o meio com que essa ponte, ele ajuda a costurar essa rede que a gente chama de sistema de garantia de direitos. Ele aciona o CREAS, ele aciona o conselho tutelar, o Centro POP, ele aciona a comunidade também, ele vai à comunidade, ver o que tem de potencial naquela comunidade para poder ajudar a garantia dos direitos das crianças e do adolescente. Então né... É basicamente isso. Já esse **encontro**, é... Seria o encontro com os direitos, quer dizer que o encontro seja necessariamente a família, as vezes a família ela não é um local de proteção, as vezes a família é um local de violação de direitos, só que nem sempre nós identifica isso de início, então existe uma equipe técnica, com serviço social que visita as famílias, que conversa com as famílias, e que passa a entender como é formado os vínculos familiares e passa a entender que também a família precisa de um atendimento, precisa que seus direitos sejam garantidos. Então esse encontro ele se dar de uma forma bem dinâmica, Por quê? Por que, muitas vezes quem está na rua, ele não tem o acesso aos seus direitos, não tem acesso, está totalmente excluído da sociedade, ele é excluído do nosso modelo educacional de ensino, que como é que um acríanja e adolescente que está em situação de rua, morando na rua, como vai para escola, como ele vai ter seus direitos garantidos? Então, existe um trabalho conjunto, com a família e com a comunidade para que seus direitos sejam garantidos. (ENTREVISTA REALIZADA EM FORTALEZA-CE COM O EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO, 26 DE MARÇO DE 2018)

Percebemos que a própria origem do nome revela sua atuação e ação, pois quando o entrevistado diz: “[...] é a **Ponte** da rua para os direitos garantidos, ele faz o meio com que essa ponte, ele ajuda a costurar essa rede que a gente chama de sistema de garantia de direitos [...] **encontro**, é... seria o encontro com os direitos”.

Posto isso, o programa é uma estratégia para o fortalecimento e articulação da rede de proteção social prevista no sistema de garantida de direitos das famílias, e, sobretudo, de crianças em situação de rua, na qual os profissionais do mesmo são os que fazem a “ponte” e o “encontro”, entre esse público, seus direitos e instituições. A seguir abordaremos as narrativas dos profissionais que atuam no Programa Ponte de Encontro, no qual realizamos as análises das narrativas baseadas nas teorias que discutem o fenômeno da pesquisa.

4.2. Narrativas dos profissionais que atuam no Programa Ponte de Encontro: De que proteções estão falando?

Neste tópico apresentamos as narrativas realizadas pelos profissionais

participantes da pesquisa, acerca do fenômeno crianças em situação de rua, bem como sua percepção a proteção à infância no contexto brasileiro.

Ao relatarmos seu olhar sobre a realidade da infância brasileira em um contexto voltado para a criança em situação de rua, observamos um momento de desabafo dos (as) entrevistados (as).

Observa-se que as falas dos entrevistados, a subjetividade de cada profissional ao falar desse fenômeno, sua trajetória de trabalho, seu olhar para a criança em situação de rua e as políticas públicas, sobretudo, ao Programa Ponte de Encontro.

Sobre a proteção à infância, alguns profissionais entrevistados destacaram os avanços depois do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, porém, ainda existem desafios como a precariedade das políticas de proteção à infância no Brasil. Para compreendermos os relatos, vejamos a seguir:

No contexto geral o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA- já havia todo movimento na década de 80 que tinha um movimento muito forte de meninos e meninas de rua, aqui em Fortaleza já tinha esse movimento. E veio a aprovação do ECA. Dentro dessa perspectiva uma lei específica, foi um grande avanço e uma grande conquista, mas no Brasil a gente leis, mas, no entanto a aplicação da lei é o que deixa a desejar. Então, o Eca é tão bonito, mas o Brasil não tem como prioridade as suas crianças. Se nós estamos no momento, numa situação complicada no país, eu acho que deve muito a nossa infância, e no cenário atual eu sinto isso de uma forma mais nítida, na questão de orçamento pública, em questão de agendas políticas. Temos que comemorar o Eca, por que foi um avanço em termos de leis, mas para a garantia e a efetivação de direitos, nós temos muito em que avançar. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 DE MARÇO DE 2018).

A profissional de Serviço Social reconhece que os movimentos sociais da década de 80, no contexto de redemocratização do Brasil, foram essenciais para a obtenção dos avanços legais no campo da infância e adolescência. Entre os quais cita o ECA. Contudo, reconhece que da década de 90 em diante, a efetivação dos direitos ainda não está consolidada no cotidiano das famílias.

Os avanços legais não foram capazes de inibir a violação de direitos da infância no Brasil. Isto revela que luta por direitos é algo mais complexo e está associado aos padrões de desenvolvimento social, e a mobilização política da sociedade que coloca em disputa distintos interesses e projetos políticos na sociedade capitalista. Assim, tal como apontado pela interlocutora da pesquisa, é o tenso jogo da disputa no Estado Brasileiro que se define a prioridade para a

proteção da infância e a destinação de orçamento público. Neste cenário de crise da conjuntura brasileira, concordamos com a Assistente Social precisamos avançar muito para garantir direitos.

O cotidiano do trabalho diário da profissional revela a precariedade, a pobreza e a negligência junto às crianças e suas famílias, num cenário de desigualdade social. Nesse sentido, percebem-se as políticas públicas como um lugar de tensões e contradições. Os profissionais compreendem o contexto político e os objetivos do programa, mas não conseguem realizar ações suficientes para atender a complexidade da demanda. Afinal, não há solução para as expressões da questão social dentro dos padrões de desenvolvimento capitalista, tal como explica lamamoto (2012).

Contudo, há espaço para ampliar processos democráticos que enfrentem a ineficácia para o atendimento a esse público, que fazem da rua sua possibilidade de sobrevivência. Porém, isso exige planejamento, investimento, reformas, a reconstrução e expansão das políticas públicas para que haja, de fato, a proteção do direito da criança.

A fome, a miséria, o desemprego, o subemprego, os baixos salários, a carestia, a ausência de políticas de caráter universalista nas áreas de educação e saúde, condições precárias e insalubres de moradia, bem como reações populares na forma de protestos, greves, quebra-quebras, movimentos contra a carestia, em defesa dos direitos humanos, dos sem-terra, dentre outros, são exemplos dos fatores que “estão na base dos antagonismos e desigualdades sociais do “Brasil moderno” e que, mesmo em conjunturas históricas diversas, põem sempre em evidência a “questão social””. (FRONTANA, 1999, 34)

Em relação a esse contxto, Adad (2011) aponta que apesar da preocupação de abordar as diversas problemáticas vividas por crianças e jovens, a categoria situação de risco, continua sendo formulada nas políticas públicas como uma disfunção social, produzida por contingências atribuídas aos próprios sujeitos. Ainda segundo a autora:

Ao focalizarem seus esforços para resolver as situações de risco, as políticas públicas estão centradas na busca de enfrentamento dos problemas sociais que afetam esses segmentos a partir de uma concepção que os trata como risco para a ordem societária, dificilmente os tratando como capazes de realização propositiva e como interlocutores para desvendar os significados dos seus conflitos, necessidades, desejos e

expectativas. (ADAD, 2011, p. p. 62. 64).

Diante disso, devemos compreender os fenômenos e fatores das crianças em situação de rua, não a partir de suas carências ou faltas, mas a realidade vivida e as consequências que as levaram a certa situação, se apresentar como nos permite descobrir verdades absolutas e transcendentais, e além do que se vê e do que está posto.

Ao falar dos fenômenos e fatores de crianças em situação de rua no Brasil e em Fortaleza, o entrevistado percebe como a junção de vários problemas sociais como pobreza e desemprego dos pais, que fazem as crianças irem para as ruas atrás de comida, dinheiro, roupa e outras coisas necessárias que deveriam ter em casa, mas não possuem.

Por outro lado, o outro entrevistado registrou que esses fenômenos e fatores se dão a criança e ao adolescente que utiliza o espaço da rua como meio de sobreviver. Pode ser por meio de trabalho infantil, uso drogas, ou de fuga de casa. A esse respeito à entrevistada ainda afirma que, “tem os casos mais preocupantes, que é quando eles vão para as ruas para serem explorados pela família, pedindo esmola, ou até mesmo, com o trabalho infantil. Em Fortaleza há poucos abrigos para essas crianças”. (EDUCADORES SOCIAIS; CACTO GENTIL; FRÉSIA SILENCIOSA; ASTER SIMPATIA).

Ainda com relação aos fatores que levam crianças em situação de rua, outra entrevistada registrou que é um reflexo do sistema capitalista, no qual são expulsos pelo sistema e se encontram no enorme contingente de reserva da sociedade. A esse respeito à entrevistada afirma o seguinte:

O fenômeno da criança e do adolescente em situação de rua é o que o autor José Paulo Neto fala de questão social e o que são essas questões sociais, que de uma forma muito simples e simplória de se dizer, mas é um reflexo do sistema capitalismo que a gente vivencia. Quando você vai olhar as crianças e adolescentes em situação de rua, hoje praticamente aqui em Fortaleza você não vê Crianças e adolescentes em situação de rua sozinha, você vê com algum familiar. E se você olhar esses pais são pais expulsos pelo sistema é a parcela da população que está a margem. A margem de dentro de uma determinada lógica, por que mesmo estando a margem ela ainda consome de uma forma, mas ela está a margem por que a gente chama uma distribuição de riqueza mais honesta e igualitária. Então ela é um reflexo do que a nossa sociedade é. Nós produzimos crianças e adolescentes em situação de rua. Arelado a esse fenômeno, quando a gente vai observar são gerações. Quando você pega uma crianças em situação de rua e você começa a conversar, aquela mãe trouxe aquela criança para a prática do trabalho infantil, mas aquela mesma mãe já veio

para rua com a avó, que a trouxe também para a prática do trabalho infantil. Então hoje aqui em Fortaleza a gente vê gerações em situação de rua na prática do trabalho infantil... Como a gente compreende a criança em situação de rua? Agente não compreende não só moradores de rua, mas como frequentadores, por que hoje a grande maioria a grande parcela, é uma parcela da população que vem paras as ruas para a prática do trabalho infantil, e que a noite no determinado horário tem para onde retornar, tem um ponto, tem uma casa, que não podemos chamar bem de casa, mas a gente diz que é uma casa, mas que assim, são moradores /frequentadores de rua, que agente engloba dentro de situação de rua. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 de março de 2018).

A interlocutora enfatiza que esses fenômenos e fatores são reflexos da desigualdade e de um conjunto de vários problemas sociais, dentre os quais destacamos: a pobreza, a miséria e o desemprego. Crianças se submetem a rua e ao trabalho para complementar a renda da família, que na verdade é inferior a um salário mínimo.

A pobreza provoca famílias a colocarem suas crianças nas ruas e no trabalho infantil, e isto é reflexo de um injusto modelo de desenvolvimento econômico onde o trabalho infantil, “[...] estratégia de sobrevivência é, no entanto, vantajoso para a reprodução do capital”. (PEREIRA, 1988)

Posto isso, de acordo com Frontana (1999), a situação de exclusão social a que estão submetidas essas crianças e jovens é identificada, atualmente, como um problema social crônico no cotidiano dos grandes centros urbanos do Brasil, assinala, no entanto, diretamente a questões mais abrangentes que envolvem a sociedade em sua totalidade, na qual a autora aponta, por exemplo:

Aquelas ligadas às condições precárias de vida material de grande parte da população urbana- educação, saúde e moradia- ao desemprego, subemprego ou emprego intermitente; o perfil das políticas econômicas, de caráter excludente e concentrador de renda; ao baixos salários e conflitos distributivos no campo e nas cidades; à exclusão dos processos políticos decisórios e às inúmeras formas de opressão e violência presentes no cotidiano da sociedade. (FRONTANA, 1999. p. 33).

Conforme o exposto, associado à exclusão social de crianças em situação de rua, os entrevistados apontam alguns aspectos conceituais sobre o que é criança em situação de rua, na rua, e de rua. De acordo com o Educador Social, Edelvais Sereno, "Criança na rua é uma criança sem proteção e exposta a tudo. Criança em situação de rua é quando ela vai para a rua atrás de algo para sua sobrevivência como comida e trabalho".

Verificamos que a criança quando está na rua, ela é significada por conceitos de acordo com a utilização que tem com a rua. Outros aspectos semelhantes à descrita a cima, são apresentados pela entrevistada, que consideramos importante frisar. Vejamos as falas:

Criança na rua é aquela que frequenta a rua, e os moradores dê rua, existem alguns adolescentes, que nós atendemos que são de fato e verdadeiramente moradores de rua, aqueles que passam a noite, dormem na rua, que á na praça, que tá no banco, que a gente vê toda uma dinâmica, toda sua vida é na rua. O vínculo com a família é fragilizado e em alguns casos já nem existe. Existem aqueles frequentadores. Os frequentadores são geralmente aquelas crianças que está no trabalho infantil. No trabalho infantil a gente ainda vê aquelas situação que eles trabalham e alguns ainda estudam, mas mesmo frequentando a escola, ainda está em situação de trabalho infantil. Aí qual a diferença? Que geralmente são aqueles que faltam mais, são aqueles que não têm bons rendimento na escola, tem todo perfil, e claro que existem outras situações, de crianças em situação de rua. A grande maioria dos moradores, das crianças moradores de rua, ambos, são moradores, por que alguma coisa aconteceu. Costuma dizer que a rua não é a primeira opção para a criança e adolescente, claro que existe a idéia da liberdade, mas isso não é uma liberdade, por que se você está em casa com a família você tem normas, se você está na rua você também tem, por que o grupo também te empoe norma, em qualquer território você vai encontrar isso. Então, a tristeza pra nós que trabalhamos com criança e adolescente em situação de rua, seja morador ou frequentador, é que, a maioria das crianças tem seus direitos violados pela própria família, essa é a parte mais triste. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 de março de 2018)

Diante do exposto, Leal e Andrade (2005), convencionou chamar "meninos (as) de rua", as crianças e jovens que passaram seus dias nas ruas. Pesquisas mostram que a maioria deles tem um lar, um endereço ou uma referência. Poucos dormem nas ruas. São, na verdade, crianças excluídas: fora da escola, fora da comunidade e fora da família. A expressão mais correta seria meninos (as) em situação de rua.

Nesse sentido, a criança em situação de rua não está ligada ao fato exclusivo de não ter uma casa para morar, mas, sobretudo, quando faz da rua seu meio de encontrar alternativas de sobrevivência, como em busca de comidas, trabalho e lazer, encontrando-se muitas vezes sem proteção e exposta a violência, doenças, perigo, a qualquer risco.

Essas crianças estão sujeitas às piores condições de vida, expostas a pobreza e a miséria, que as fazem procurarem soluções no limite de suas condições de possibilidades, na qual se submetem a escolher uma vida que não é bem uma escolha, mas obviamente condições de escolhas.

Essa problemática como manifestação da questão social, também instigou o surgimento de diferentes e contraditórias interpretações e explicações, sempre elaboradas com o intuito de controlá-lo, solucioná-lo. A autora ainda coloca que seu ponto em comum é que, geralmente, associam a situação dessas crianças e adolescentes a outras concepções da problemática social, como "a ideia de pobreza, marginalidade e criminalidade, aprisionando o problema dentro de um enfoque que enfatiza aspectos ligados às questões de segurança, controle e ordem social". (FRONTANA, 1999, p. 35).

Desta maneira, as crianças em situação de rua, além de está numa situação de vulnerabilidades e riscos sociais, são estigmatizados pela sociedade, em que pessoas rotulam como o perigoso, que causa medo e problemas para a sociedade, por sua condição de pobreza e situação de rua, fruto da miséria, "dando a entender que as causas desse problema dizem respeito às precárias condições econômicas e sociais a que está submetida grande parcela da população brasileira". (FRONTANA, 1999, p. 31)

Desta maneira, o entrevistado argumenta:

"[...] Então a criança em situação de rua muitas vezes é vista como, é... o coitadinho, o bichinho, como também um ser perigoso, que você tem que ter cuidado que você não pode confiar e também tem aquela visão de penalizar aquela criança [...], e isso muitas vezes não está explícita, mais está internalizada dentro das pessoas". (EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO).

Essa condição de pobreza que reflete na situação de rua para grande parcela da população, provoca a invisibilidade ou a naturalização desse fenômeno, que é tão constante e presente nas ruas urbanas. Notemos na fala do entrevistado sobre essa invisibilidade da criança em situação de rua, quando diz que: "a sociedade civil já está acostumada com essa situação que as crianças acabam se tornando invisível". Notemos ainda na fala de outro entrevistado sobre essa naturalização, o seguinte:

"Pessoa em situação de rua, geralmente é invisível, isso quando se trata em adultos, quando não é invisível é o oposto, incomoda muito, e no caso da criança incomoda muito, por que sensibiliza muito mais. Por que a prática do trabalho infantil? Por que as pessoas se sentem sensibilizada, e as pessoas acabam fazendo doações, que é mais fácil dar para uma criança por que sensibiliza mais a população de uma forma geral, do que um adulto. Então, assim, a de certa forma uma sensibilização, mas ao mesmo tempo, eu vejo certa naturalização também, por que com um tempo de tanto vê aquelas crianças naqueles determinados locais ocupando determinados espaços, a uma parcela da população que se incomoda, que denuncia, que

fala, mas uma parte da população que acha natural, de certa forma. “Isso sempre foi assim, sempre existiu, sempre vai existir”. É como o próprio grupo que a gente atende, quando a gente vai conversar, não necessariamente com as crianças, mas com os responsáveis, existe de fato uma implicação da pobreza na subjetividade das pessoas. É um certo fatalismo. “Não, a minha vó me trazia, eu vim, agora estou trazendo meus filhos, daqui pra frente estou trazendo meus netos pra rua”. Dentro dessa perspectiva de uma certa forma a naturalização, enquanto fatalismo, a população de modo geral cobra, e quando não cobra muito, se tratando de criança e adolescente, acaba naturalizando também. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 de março de 2018)

Segundo Freitas (1993), em sua descrição sobre “meninos da miséria”, fala que os sentimentos que os “meninos de rua” despertam na sociedade (quando despertam) restringem-se, ele fala a repulsa e ao medo. Também enfatiza, que a preocupação com o problema gira em torno apenas da ameaça e da insegurança que a presença “visível” dessas crianças produz na sociedade; sinaliza ainda sobre a omissão, o descaso e até mesmo a hipocrisia das autoridades e da sociedade geral, ou pelo menos de boa parte dela, com relação à miséria “invisível”.

Diante do exposto, a criança em situação de rua está tão comum, que as pessoas não veem como uma questão social fortemente presente, mas como sujeitos que geram a questão na sociedade. Nesse cenário, tornam-se invisíveis e estigmatizados que vincula ao pobre a predisposição para atos ilícitos e ilegais, no aparato normativo e ideológico da sociedade.

O viver nas ruas acaba fazendo com que as pessoas lhe enxerguem como perigo e risco na sociedade, que vinculam o estereótipo do “marginalizado” e reagem com medo de cruzarem com essas crianças. São caracterizados e julgados por pessoas ou grupos que procuram naturalizar e torná-los invisíveis, que manipulam essa questão para que não possa ser percebida. Reações como estas, hostis e perversas são direcionadas a essas crianças que fazem da rua seu espaço de sobrevivência, seu mundo e sua escola de aprendizado.

Outro entrevistado faz alguns apontamentos sobre essa naturalização e invisibilidade da criança em situação de rua, em relação às mídias sociais, ele diz: “assim, é... a maioria, a opinião pública, ela é formada é... pelas mídias sociais, então infelizmente a mídia ela não tem um trabalho que esclareça que sensibilize a população para essa questão da criança em situação de rua”.

Posto isso, o entrevistado destaca também a invisibilidade das mídias sociais em relação essas crianças em situação de rua, bem como a crítica a falta de

sensibilização das mesmas a sociedade. Nota-se então a exclusão das mídias a esse fenômeno que se configura como uma expressão da questão social.

Nesse sentido, a criança em situação de rua, torna-se invisível, excluída e naturalizada, percebida não como um problema social, mas como sujeitos que geram risco e desconforto a sociedade.

Por conseguinte, ao discutir sobre essa exclusão social a criança em situação de rua, algo que nos chocou muito foi quando um dos profissionais falou a questão da higiene social. Relatou que:

“Outra coisa, em relação como as pessoas verem as crianças em situação de rua, é a questão da higiene social, ou seja, ainda tem uma grande visão de que o ideal seria tirar as crianças da rua, botar no lugar. Outros até dizem assim, por que vocês não matam, por que, que você não botão fogo. Ou seja, Opiniões totalmente são... Agressivas, opiniões totalmente higienizadoras, ou seja, eles querem tirar a crianças, a família em situação de rua, por que vê aquilo ali como a espora da sociedade, é o lixo da sociedade, mas só que na verdade eles são apenas o resultado de uma sociedade, que em termos práticos, é uma sociedade capitalista, uma sociedade desigual”. (DIÁRIO DE CAMPO, 16 DE NOVEMBRO DE 2017)

Logo, percebe-se uma exclusão social perversa e violenta diante dessas crianças, que merecem de acordo com o ECA, a proteção a vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Diante do exposto, notamos a contradição do que está posto no ECA art. 5º, onde coloca que,

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Mediante a isso, percebemos que os direitos das crianças estão sendo omitidas, seja pelo Estado, sociedade e família, que a lei está sendo violada, e isto, é visível no momento em que crianças em situação de rua, passam por inúmeras consequências decorrentes da pobreza e desigualdade social.

Quando questionamos sobre a atuação do Estado em relação à questão da criança em situação de rua, os entrevistados destacaram o seguinte: “Estado omissivo, Políticas Públicas precárias, descontinua, sem financiamento e/ou planejamento”. Uma entrevistada pontuou que:

Está no ECA dizendo que é dever da família, da comunidade e do Estado cuidar das nossas crianças e dos nossos adolescentes. O que fala mais sobre isso, não é minha fala sobre o que acho ou não do Estado, mas em relação como as políticas públicas da criança e do adolescente, que tem que consultar os orçamentos públicos. Quem conhece as instituições públicas sabe o que eu estou querendo dizer. O que é investido no real, no concreto, no mínimo que você vê sendo investido, já diz que ta muito aquilo que se propõe. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 DE MARÇO DE 2018)

Conforme os relatos entende-se que as ações tomadas pelo Estado são ineficientes para que possa de fato possa chegar a uma solução concreta e que, o direito posto nas legislações seja cumprido para que todas as crianças acessem a educação, alimentação, moradia a sua família e trabalho.

As políticas direcionadas a esse público que devem ser de caráter emancipatório, equalizador e preventivo precisa ser permanente, eficientes e não emergências, a uma questão que é constante na rua, se não houver direcionamentos econômicos, explícitos as políticas públicas, acabam sendo extintas por falta de recursos, perpetuando então, a criança em situação de rua, que se constitui em um problema a ser solucionado.

Assim, de acordo com um dos entrevistados em seus apontamentos, a responsabilidade não é só do Estado, a responsabilidade é de todos, mas como poder público, e entendendo que a criança e o adolescente têm que ser prioridade nas políticas públicas, o Estado tem sempre que pensar, discutir e investir nisso. Porque não podemos pensar que a criança é o cidadão de amanhã, a criança é o cidadão de hoje. “Ela tem sua participação, tem sua fala e tem sua opinião: [...] Então o Estado precisa entender isso, caminhar nessa linha e não pode cruzar os braços para a questão da defesa do direito da criança e do adolescente”. (EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018)

Diante desse contexto, devemos salientar que as políticas públicas em si, respondem integralmente a esta questão. Este enfretamento está posto para o conjunto da sociedade, no contexto da luta de classes e disputa política no interior do Estado brasileiro.

A seguir, apresentaremos às concepções dos sujeitos integrantes da pesquisa sobre o trabalho social com crianças em situação de rua. Assim como, as análises diante das narrativas dos (as) interlocutores (as) da pesquisa.

4.3. O trabalho social com crianças em situação de rua: Reflexões sobre as estratégias de atuação dos profissionais

Diante das falas dos entrevistados da pesquisa, a princípio fazem um breve relato a respeito da atuação do Programa Ponte de Encontro junto as crianças em situação de rua, em Fortaleza, bem como, colocam suas reflexões diante esse fenômeno estudado e pesquisado. Percebemos que suas falas não se contradizem, mas se complementam e tem um mesmo direcionamento. Olhemos as narrativas pertinentes sobre o programa.

O Programa Ponte de Encontro no seu início era um projeto esportivo e com isso atraía muita criança e adolescente e como consequência abrangia a família e suas necessidades. Porém com o passar dos anos acabam perdendo sua identidade e passou a ser abordagem social de rua, o que acaba dificultando a continuidade do atendimento, seja por não ter algo que atraia as crianças ou por esbarrar na própria rede do município. (EDUCADORES SOCIAIS, ASTER SIMPATIA; FRÉSIA SILENCIOSA; CACTO GENTIL, 16 de março de 2018)

Conforme os relatos dos Educadores Sociais, complementamos nas suas falas, os relatos feitos pela a Assistente Social, sobre o programa, que foi o seguinte:

Aí você vê o Programa passando por modificações, a nossa metodologia ainda é a mesmas, mas com “enes” imprecisões. Nós já tivemos uma época de ter oitenta profissionais, hoje nós temos catorze educadores sociais, já tivemos duas assistentes sociais, e hoje só temos uma, já tivemos uma psicóloga e hoje não temos nenhuma, já tivemos três técnicos e hoje só temos duas. Então assim, na minha compreensão o Programa praticamente foi desfazelado, e perdemos muito. Já tivemos uma equipe de arte educação e hoje só temos um educador, já tivemos uma equipe de prevenção e redução de danos que foi de onde eu migrei, para trabalhar com crianças e adolescentes e famílias e hoje nós não temos mais essa equipe compondo a nossa equipe. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 DE MARÇO DE 2018)

Posto isso, verifica-se que as políticas sociais que englobam projetos e programas sociais direcionados a crianças em situação de rua, requerem, necessariamente, redirecionamento econômico e, assim, haver compromisso e emancipação com essa população que é alvo da exclusão e de estigma social. A falta de recursos e investimento em políticas sociais vem dificultando a continuidade ou a eficácia do atendimento ao seu público, donde reflete na perda da identidade de programas e projetos.

Mas, embora o programa tenha passado por modificações que de fato houve

regressão, e que foi afetado pela falta de recursos, o programa se mantém e traz resultados positivos diante desse fenômeno abordado na pesquisa, pois existir um programa que atua com as crianças em situação de rua, e percebe-se de certa forma, dá visibilidade e importância a essas crianças.

O Programa Ponte de Encontro vem avançando com as realizações de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação - SME, com o Conselho Tutelar, VAPT VUPT e o Ministério do Trabalho. Mas, ainda são encontrados pela equipe de Educadores Sociais, desafios para o desenvolvimento das ações do programa, como condições de trabalho, a falta de incentivo, áreas e risco, a rede, risco de vida.

A cidade de Fortaleza associa o crescimento e riqueza, com exclusão social e pobreza, que tais disparidades sociais são visíveis na rua, pelos contrastes, a violência torna-se o cotidiano da cidade. Isso, de certa forma gera áreas de risco e traz risco de vida para profissionais que fazem desse espaço seu local de trabalho, e procura adaptar-se a esses espaços, na busca de estratégias para lidar com um público, que é alvo da violência e da exclusão nas cidades. Diante desses desafios, os profissionais relatam que:

Os desafios, lógico, eles surgem por que esse é um trabalho que no meu entender, tem muito que melhorar, então os Educadores vai encontrar desafios externos e desafios internos. Interno no sentido de que a estrutura não é a estrutura adequada. Hoje, o Ponte, ele tem poucos educadores, comparado o número de educadores que tinha na época, noventa educadores e três Kombis. Na época é... o ponte ele alguns anos atrás, até 2010, tinha uma casa de passagem, ele começou com uma equipe de rua, depois ele passou a ter um espaço de acolhimento temporário, no município, que na época nós não tinha, só tinha o do Estado, que é o Albergue. O Ponte tinha leitos, ou seja, tinha dormitórios, para que essa crianças pudessem pelos menos passar uma noite, para no dia seguinte a gente levá-las ao Conselho Tutelar. Hoje, o Ponte não tem! Hoje o Ponte se resume apenas numa equipe de rua. Um trabalho apenas de rua. (EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018)

Sobre outro desafio o educador relata que:

[...] é a questão da formação do educador. De 2005 pra cá, eu não vi nenhuma formação que seja específica para o educador. Existem formações em nível de extensão, mas assim, abordando a questão da infância, o uso de drogas, redução de danos, mas não uma formação específica que diga assim, curso para educador social de rua. Não! Não tem. O único que teve foi em 2002 que foi o curso de extensão da UFC. Esse eu participei com uma AONG. Então, eu fiz esse curso. Curso para Educador Social, mas foi só esse! (EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018)

Assim, compreende que mesmo com os avanços, desafios existem, e

influência para alcançar os objetivos do programa com eficiência e precisão. Além disso, o entrevistado demonstra-se insatisfeito com as perdas de atividades desenvolvidas pelo programa, declarando que: “[...] Hoje o Ponte se resume apenas numa equipe de rua. Apenas a um trabalho de rua”. Ainda sobre os desafios, outra profissional aponta:

“[...] eu diria que um dos principais desafios hoje são as próprias políticas públicas, como é que você vê um Programa Ponte de Encontro que o único do município que trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua, e que já teve oitenta profissionais e hoje apenas com quatorze profissionais. Então eu diria que isso de uma certa forma seria um descaso. Eu vejo que dentro da FUNCI, existem outros programas, que também tem suas demandas, mas eu lembro que o programa na época já foi à vitrine da FUNCI, e em termo de política, a gestão precisa ter cuidado, porquê ainda é a vitrine. Por quê? Por que criança em situação de rua”. (ASSISTENTE SOCIAL, GERBERA, 18 de março de 2018)

Com relação ao exposto acima, os apontamentos dos entrevistados em relação aos desafios são os mesmos, e que a falta de recursos é uma das principais críticas apontadas pelos profissionais, para que o programa desenvolva suas ações com eficácia e eficiência. Pois, mesmo com os avanços ditos pelo programa, houve muitas regressões que acabam fragilizando sua atuação, e isto, é visível quando os entrevistados colocam que: “Hoje, o ponte, ele tem poucos educadores, comparado o número de educadores que tinha na época, noventa educadores e três Kombis [...] eu lembro que o programa na época já foi à vitrine da FUNCI, e em termo de política, a gestão precisa ter cuidado, por que ainda é a vitrine”.

Outro ponto a salientar é a relação do programa com as políticas públicas que integram a rede de proteção à infância no município de Fortaleza. A esse respeito, os entrevistados da pesquisa relatam que existe omissão de atendimento, desvio de responsabilidade e mau funcionamento das redes. Vejamos detalhadamente sobre essa articulação na fala do entrevistado:

“Ponte de Encontro com CREAS, CRAS E SETRA tem a omissão de atendimento e desvio de responsabilidade. Mau funcionamento das redes, com o Conselho Tutelar a parceria é resolutiva, com a Educação, disponibilizam todas as vagas solicitadas, já com a saúde: tem parceria, mas precisa aperfeiçoar”. (ASTER SIMPATIA, FRÉSIA SILENCIOSA, CACTO GENTIL, 16 de março de 2018).

Diante do que está posto, compreendemos que o Programa Ponte de Encontro e as políticas públicas que integram a rede de proteção à infância em

Fortaleza, como o CREAS, o CRAS, a SDHDS, o Conselho Tutelar, a Educação e Saúde, possuem um funcionamento de relação íntegro e parceria resolutiva, porém, existe a omissão de atendimento e desvio de responsabilidade. O mau funcionamento das redes é que precisa ser aperfeiçoado, assim como, o aperfeiçoamento das parcerias.

As políticas sociais precisam atuar em rede para ações resolutivas e fortalecimento das mesmas. Quando nos deparamos com o mau funcionamento das redes, a questão social esbarra na própria rede, que deve proteger, e isto, decorrem de um aparelho que se encontra fragilizado pela falta de recursos e investimento, para que possa realizar suas ações de forma eficaz e dar retorno positivo ao sujeito que precisa da rede para acessar seu direito.

Se não tivermos aparelhos que desenvolvam boas ações, a questão social permanecerá na sociedade, e se as redes não atuarem em conjunto pela mesma causa, ou seja, pelo direito e justiça social, torna-se impossível chegar a soluções concretas e resolutivas para tal questão, e sim, gerar uma questão de redes.

Outro ponto que destacamos é a atuação do programa com as famílias, pois para desenvolver o trabalho com a criança, se deve também abordar a família, pois a mesma faz parte e depende também da família para que o trabalho seja desenvolvido. É um trabalho em conjunto, entre política, família, sociedade e Estado, para que assim possa dar possibilidades a resultados eficazes e positivos.

Diante isso, o trabalho do programa conforme os profissionais consiste na retirada de documentos, encaminhamentos para o IPREDE¹² para crianças desnutridas e vagas para os que estavam sem estudar. Este trabalho social também é realizado com as famílias, sobretudo as crianças. Assegurar boas condições as famílias, se seus direitos não forem violados, poderá dar possibilidades para repassar a suas crianças, e não serão obrigados a viver em situações precárias e adversas.

O viver nas ruas acarreta inúmeros problemas, um deles é a questão da desnutrição das crianças pela falta de uma boa alimentação, mas encaminhá-las para redes que atendem crianças desnutridas não é suficiente, pois se as crianças

¹² IPREDE- INSTITUIÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA- Uma instituição dedicada a promover a nutrição e o desenvolvimento na primeira infância articulando-os com ações que visam ao fortalecimento das mulheres e da inclusão social de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Disponível em:< <http://www.iprede.org.br/atuacao/>>. Acessado em: 01 de junho de 2018.

que vivem em situação de rua não têm o comer, obviamente que permanecerão desnutridas. A alimentação é um direito da criança de acordo com o ECA, mas o que observa-se é que as crianças não tem acesso a alimentação e se encontram desnutridas, ou se submetendo a trabalhar para poder comprar ao menos o que comer.

A educação é a base para o desenvolvimento das crianças e reflete de maneira concreta na ascensão profissional, ou seja, como oferecerá habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. Mas muitas crianças em situação de rua não estudam, e se estudam, não tem tempo para se dedicar aos estudos, porque precisam ajudar os pais no trabalho nas ruas para complementar a renda, que não é o suficiente para mantê-los em casa, e desse modo, se submete a ocupar os espaços nas ruas para sobreviverem.

Os Educadores Sociais relataram que em muitos casos são ofendidos pelo fato das famílias não compreenderem, que outras necessidades e/ou programas como (minha casa-minha vida, bolsa família, aluguel social) não dependem apenas deles para que possam adquirir, pois é um trabalho entre redes. É lamentável que existam políticas e que estas não conseguem abranger a todos que delas necessitam, e pessoas são obrigadas a buscar estratégias de sobrevivência. Ainda em relação à atuação do programa junto à família e a criança em situação de rua, vejamos os relatos do entrevistado:

A gente compreende que existe a questão do convívio familiar. Nós compreendemos de duas formas, como por exemplo, crianças com vínculo familiar fragilizado e a criança com o vínculo rompido, porque as crianças que tem vínculo familiar, ela também, precisa que seus direitos sejam garantidos, porque tem que ver que família é essa, como é a família dessa criança, como é que ela convive, como ela se relaciona se é uma família negligente, se é uma família que garante mesmo o direito, se é uma família que protege ou se é uma família que viola. Então, no caso de famílias com vínculos fragilizados, a gente encaminha os casos para o CRAS, para que venha a trabalhar a questão do fortalecimento dos vínculos, o CREAS quando são famílias com vínculos rompidos, por que aí, já é uma questão de proteção mesmo. Tem que descobrir realmente origem dessa criança e dessa família pra poder se trabalhar com essa família, e aí, cada caso é um caso. (EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018)

Posto isso, observamos que embora a atuação do programa seja, sobretudo, com a criança em situação de rua, as famílias dessas crianças também são atendidas junto as suas crianças. Isto demonstra que o direito da criança ao convívio familiar, é compreendido de acordo com o que está posto no ECA, embora com

vínculos fragilizados e condições de estabilidades precárias, principalmente, decorrente da pobreza, que leva a condição de rua, isso não coloca o direito da política ou da justiça retirar a criança de sua família, mas em dar suporte através das políticas à família, para que se tenha o convívio/fortalecimento familiar.

Essa atuação do Programa Ponte de Encontro funciona por meio de abordagem as crianças e famílias nas ruas de Fortaleza, especificamente nas praças, que segundo os relatos dos educadores sociais, esse serviço de abordagem: “é quando a equipe está no mesmo lugar e sempre procura conversar com as crianças e as famílias para saber as suas necessidades e o que motivou a vinda delas para a rua”. Relatam ainda que realizar a abordagem nas ruas, “[...] é um trabalho bem arriscado por não saber como a pessoa vai nos receber e não tem nenhuma garantia”. (ASTER SIMPATIA, FRÉSIA SILENCIOSA, CACTO GENTIL, 16 de março de 2018)

Posto os relatos dos educadores, quando dizem que: “[...] a equipe está no mesmo lugar sempre [...]”, isto nos inquietou, pois as ruas estão em movimento, às crianças estão em movimento, e as abordagens, segundo a colocação dos entrevistados estão no mesmo lugar.

Em relação a isso, Adad (2011, p. 54), ao discutir sobre corpo território-movimento, coloca que “é nesse contexto de territorialidade e de movimento, que os jovens, ou crianças, famílias de rua, como caminhantes, atualizam cada pedaço do espaço da cidade em seu próprio corpo”. Na fala de outro entrevistado é visível essa colocação da autora quando ele diz: “Sabemos que essas situações estão espalhadas pela cidade inteira”. (COORDENADOR, 2017)

Dessa forma, os educadores estão sempre concentrados nos mesmo locais, enquanto as crianças estão em movimento nas ruas. Segundo outro entrevistado, as equipes de educadores atuavam em diversos locais em Fortaleza, mas devido à redução de profissionais, abordam apenas nas praças de Fortaleza. Sobre isso, o entrevistado relata que:

Atualmente, atuamos só no Centro da cidade. A equipe tá dividida por alguns educadores na cidade, Praça da Criança, Praça Dom Pedro II, Praça José de Alencar, Praça do Ferreira, Praça, Praça da Estação, Praça da Lagoinha, e a maior quantidade de educadores, estão na Praça do Ferreira, praticamente um cartão postal de Fortaleza. A Praça do Ferreira tem a presença do comércio muito forte, e isso, infelizmente, atrai muito a frequência das famílias para esse local. (COORDENADOR, 2017)

Um ponto a salientar mais uma vez é sobre a questão da redução dos profissionais e a falta de investimento pelo Estado e município, em recursos/profissionais no programa, para que de fato, as abordagens possam acontecer em diversos locais de Fortaleza como havia antes. Posto isso, verificamos que devido o número de profissionais ter reduzido, nos respondeu a inquietação sobre o relato do entrevistado quando disse que: “[...] a equipe está no mesmo lugar sempre [...]”.

Ainda sobre a atuação do programa, em outra entrevista, o educador social relata que:

Assim, a abordagem a criança em situação de rua, no Programa Ponte de Encontro, ela se dar de uma forma educativa. Deixo isso sempre muito bem claro, nosso trabalho é educativo, isso quer dizer que, nosso ponto principal na abordagem, é a aproximação. Tanto que a gente nem usa nem muito esse termo abordagem, pra não ser policial né... É um termo de aproximação. O que é essa aproximação? E a construção de vínculos. O vínculo é muito importante pro o educador. Eu sempre falo muito nisso. Por quê? Porque o educador está todo o dia na rua. Então, ele não tem que criar uma abordagem coerciva, punitiva... não é chegar e dizer assim, ah você está errado, ah você não quer nada! Não! Não é assim. Então, nós utilizamos algumas linguagens que nós entendemos que possibilite a aproximação. No meu caso, eu uso a arte plástica. Então, em 2016 havia certa dificuldade pra se aproxima dos meninos da Beira Mar, porque eles tinham receio dos educadores. Eles pensavam que os educadores iam pegar eles, levar eles pra casa, tomar os materiais deles (no caso as partilhas). Então, quando os educadores se aproximavam deles eles corriam. (EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018).

Outro entrevistado relatou que o trabalho do programa é mais pedagógico, de conscientização e encaminhamento. Ele menciona que: “recebemos denúncias também, o Ponte de Encontro faz um trabalho que boa parte das instituições públicas não fazem que é abordar as famílias na rua, no centro da cidade. Nós encontramos as famílias na rua, nós abordamos, criamos vínculos com essas famílias, crianças e adolescentes”. (COORDENADOR, 2017).

Conforme os relatos dos entrevistados, os serviços de abordagens nas praças trazem desafios, como a aproximação das crianças em situação de rua, como o próprio educador social diz: “[...] Eles pensavam que os educadores iam pegar eles [...] tomar os materiais deles (no caso as partilhas) [...] Então, quando os educadores se aproximavam deles eles corriam”. Mas isto faz com que os Educadores Sociais possam pensar estrategicamente numa forma de se aproximarem dessas crianças para evitar o medo e criar um vínculo com elas. Posto isto, vejamos a sua colocação:

Então, o que foi que eu fiz? Peguei algumas garrafas pets descartáveis de água e transformei em brinquedos. Então, eu mostrava aqueles brinquedos a eles que paravam/olhavam aqueles brinquedos. A reação deles era de pedir. “Tio me dá esse brinquedo”. Aí, a minha estratégia era de ensinar a eles a construir seu próprio brinquedo. “não dou esse brinquedo, mas eu ensino a você a fazer. Você quer aprender?”. Aí eles ficavam assim. Aí os que aceitavam, sentavam no chão, no banco, e eu dava todos os materiais. As garrafas, os EVAs, a cola de isopor, a tinta. Naquele tempo, de vinte minutos, trinta minutos ou até de uma hora, desenvolvendo essa atividade manual, o educador entra em cena. “Ah... como é seu nome? Onde você mora?”. Então, ou seja, a abordagem de encontro tem essa característica, pelo menos teve e por mim continuará tendo, mas isso não é uma regra, não quer dizer que toda abordagem vai ser dessa forma, vai depender do cenário, da situação que essa criança tá. Tem abordagem que não dar pra fazer isso. Ela é realmente uma abordagem, digamos assim, é... Não é violenta! (EDUCADOR SOCIAL, EDELVAIS SERENO. 26 de abril, 2018)

Diante dos relatos dos entrevistados da pesquisa acima, percebemos que a aproximação dos Educadores Sociais as crianças em situação de rua, nem sempre é fácil, e para poderem realizar a abordagem é preciso buscar estratégias, que de acordo com a estratégia do educador citada acima, é de caráter muito inteligente, para que assim, se aproximarem das crianças. Com relação a esses apontamentos, “a rua, o espaço onde vivem esses sujeitos, por sua vez, torna-se o lugar por excelência do próprio estigma, local das multidões perigosas, da ameaça e do medo”. (ADAD, 2011, p. 60).

Assim, a autora frisa que a rua é o local que representa medo para o sujeito em situação de rua, e isto, é reflexo de um olhar da sociedade que os desprezam, discrimina, e lhe exclui. Esse sentimento frustra as crianças em situação de rua, que vivem numa realidade que já é constrangedora ao mesmo tempo as excluem.

Dessa forma, compreendemos que as famílias e crianças em situação de rua se sentem tão oprimidas, estereotipadas, estigmatizadas e excluídas, que carregam o medo e, até mesmo, o enraivecimento dos que lhe questionam e oprimem, ao mesmo tempo percebemos que existe uma tensão entre estagnação e movimento ante as expressões da questão social.

Diante do trabalho social do programa com as famílias em situação de rua, sobretudo, as suas crianças, analisamos que dentre as principais demandas apresentadas pelas crianças em situação de rua, está presente nos encaminhamentos para Cartório, Conselho Tutelar e Escola.

Durante as abordagens realizadas pelos educadores, no campo de pesquisa, observamos que as famílias das crianças em situação de rua, sempre pedem aos

(as) educadores (as) para ajudá-los a colocarem suas crianças nas escolas, porque além de estudarem, é uma forma de não ficarem o dia todo na rua, como também poderem se alimentar na escola.

Podemos perceber isso, ao observarmos/escutarmos durante a abordagem pelos educadores os relatos de uma família que disse:

“Já está com três dias que estamos aqui, expostos ao sol, e noites mal dormidas, e os meninos já estão até doentes. Eu quero colocar eles na escola, porque assim, eles não ficam o dia todo na rua, e na escola eles podem comem algo”. (FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA, PRAÇA DO FERREIRA, DIÁRIO DE CAMPO, 14 de março de 2018).

Outra moradora de rua relata:

O que eu tô querendo mesmo é matricular meus filhos em alguma escola, e tirar meus documentos e do meu marido, por que se nós conseguir algum trabalho vai precisar e também queria me cadastrar na bolsa família. Eu jamais quero perder meus filhos, por que uma vez o conselho tutelar tirou eles de me. (MORADORA EM SITUAÇÃO DE RUA, PRAÇA DO FERREIRA, DIÁRIO DE CAMPO, 14 de março de 2018).

Posto isso, quando as moradoras de rua dizem: “[...] Eu quero colocar eles na escola, porque assim, eles não ficam o dia todo na rua, e na escola eles podem comem algo”. “[...] O que eu tô querendo mesmo é matricular meus filhos em alguma escola [...]”. Isso demonstra que essa demanda é bastante solicitada pelas famílias para suas crianças aos educadores, como forma/meio de tirar suas crianças da rua pelo menos por algumas horas, durante o tempo que ficam na escola.

Em relação às demandas dos encaminhamentos ao Cartório, se dá devido à solicitação de documentação, porque para adquirir qualquer outra demanda, quase sempre é necessário os documentos, isso é percebido quando a moradora de rua diz: “[...] O que eu tô querendo mesmo é tirar meus documentos e do meu marido, porque se nós conseguir algum trabalho vai precisar [...]”.

Em relação aos encaminhamentos ao Conselho Tutelar, conforme as informações decorrentes de denúncias feitas por ligações para o Programa Ponte de Encontro, onde o mesmo encaminha os casos para o Conselho. O entrevistado destaca sobre esse serviço:

Atendemos a denuncia e contamos o caso né, pra reforçar que tome uma medida, ou informamos aos conselhos tutelares, que eles tomam as medidas cabíveis. O Ponte de Encontro não toma medidas. Quem toma medidas é o Conselho Tutelar, pode até requisitar força policial em alguns

casos trágicos. O Ponte de Encontro faz esse trabalho de aconselhamento, de conhecer bem a história da família. (COORDENADOR, DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A solicitação de abrigos, também é outra demanda apresentada, inclusive pelas mulheres que tem crianças de colo. Porém, nos dados pontuados acima, em relação aos encaminhamentos aos abrigos, não se destacam, devido à insuficiência de abrigos que tem em Fortaleza, pois não conseguem abranger a todos que necessitam, e com isto, as famílias fazem o possível, como vender algum tipo de produto, pedir moedas, limpar vidros dos carros nos sinais, para adquirirem ao menos os vinte reais do aluguel social. Sobre essa questão uma moradora de rua relata:

“Vim com os meus filhos e meu marido pra cá a procura de emprego, mas não conseguimos ainda, e como não temos dinheiro para alugar uma casa, estamos aqui na rua com as crianças. Algumas vezes meu marido consegue um dinheirinho que dar para pagar o aluguel social, que serve para pelo menos banhar as crianças lá e dormir”. (MORADORA DE RUA, PRAÇA DO FERREIRA, DIÁRIO DE CAMPO, 14 de março de 2018)

Diante disso, é necessário investimento em abrigos para suportar as famílias e dar condições às crianças ao conforto que a rua não oferece. Pois está posto na Constituição (1988), bem como no ECA, que a moradia, o bem-estar, é um dos deveres do Estado a cumprir, mas diante dessa situação, as políticas encontram-se frágeis para responder as demandas que são apresentadas.

Posto isso, reflete na ocorrência e permanência de crianças em situação de rua, em Fortaleza. Em relação a isso, de acordo com o entrevistado, se dá devido “a irresponsabilidade dos pais e a falta de oportunidade”. (ASTER SIMPATIA, FRÉSIA SILENCIOSA, CACTO GENTIL, 16 de março de 2018)

Diante do contexto exposto acima, não diríamos de fato que seria irresponsabilidade dos pais a permanência da criança em situação de rua, mas sim, a falta de oportunidade da família em seu direito ao acesso ao trabalho e a produção, entendemos este direito como requisito fundamental para a construção do ser social, pois a criança que vive sob os cuidados da família, é imprescindível que em primeiro lugar, o Estado garanta aos adultos seus direitos para que estes possam oferecer condições de sobrevivência as suas crianças.

Ainda sobre essa questão de ocorrência da criança em situação de rua, outro entrevistado relata que:

Elas geralmente têm uma família e elas geralmente vão para a rua para ser explorada economicamente ou sexualmente, ou foram vítimas de violência sexual. Existem as crianças que estão mais de um ano na rua, são crianças e adolescente que tiveram seus vínculos familiares fragilizados e com o tempo os vínculos ficaram rompidos. (EDUCADORA SOCIAL, LÍRIO, 2018).

Além do exposto acima, acrescentamos que a pobreza e desigualdade predominam como consequência desse fenômeno, que reflete e determina nas mais diversas ocorrências a permanência de criança em situação, seja a fome, falta de moradia, ou moradia de qualidade, não nos referimos aos “barracos”, que segundo as estatísticas, colocam como moradia, desemprego, entre outras.

Diante do explanado, os profissionais propõem que para que os objetivos das políticas sejam alcançados é necessário investimentos/recursos, e em relação ao Programa Ponte de Encontro, necessitaria de mais profissionais, transporte, espaço de acolhimento, mais investimento na arte educação.

Nesse sentido, a luta não acabou ainda, temos muito o que conquistar e avançar em políticas públicas, programas e projetos sociais direcionados a crianças em situação de rua, tanto em relação a construção, como também na sua existência com eficácia e eficiência, para que de fato assegure que os direitos da criança e do adolescente se cumpram, de acordo com o que está posto no ECA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, abordamos sobre as categorias: criança em situação de rua, políticas públicas, e os direitos da infância. Para discuti-las tomamos como norte a seguinte indagação central: Em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro junto a crianças em situação de rua, no Município de Fortaleza?

As reflexões teóricas articuladas à pesquisa de campo revelaram que o programa passou por modificações estruturais, que refletiu em graves retrocessos e precarizou o desenvolvimento de suas atividades. Diante disso, compreendemos que a falta de investimento e recursos são destacados como consequências do aprofundamento do desmonte da proteção social brasileira no contexto da crise capitalista.

Através desse estudo, identificamos que as principais demandas apresentadas pelas crianças em situação de rua estão presentes nos encaminhamentos para Cartório, Conselho Tutelar e Escola. Os interlocutores (as) destacam em seus relatos, que a solicitação por abrigo pelas famílias em situação de rua, também é uma das principais demandas, porém, não são realizados muitos encaminhamentos devido à insuficiência de abrigos para responder a todos que necessitam.

Identificamos também, que os fatores que determinam a permanência de crianças em situação de rua, são complexos e relacionados à lógica de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, que gera múltiplas expressões da questão social: falta de oportunidade da família em seu direito ao acesso ao trabalho, precarização do trabalho, desemprego estrutural, fome, exploração econômica, sexual, o abandono, preconceito, perigo e falta de investimentos estatais em políticas públicas, vínculos familiares fragilizados. Neste contexto, a rua funciona como meio de sobrevivência.

Além de fatores estruturais, a pesquisa constatou que os desafios para a execução e alcance dos objetivos do programa, entre quais destacamos: a falta de recursos e investimento, precárias condições de trabalho, falta de incentivo, áreas e risco, a redução de profissionais, transporte insuficiente, a omissão de atendimento, desvio de responsabilidade e mau funcionamento das redes.

A relevância do Programa Ponte de Encontro é reconhecida por seus

profissionais, pelas crianças em situação de rua e suas famílias como uma estratégia de luta e acesso a direitos negados.

Registramos que a pesquisa social pode funcionar como um caminho de aprofundamento do debate nos âmbitos das políticas públicas e com o conjunto da sociedade. Além de funcionar como uma forma de resistência e denúncia há negligência e escassez de recursos disponíveis à infância no Estado Brasileiro.

Contudo, consideramos que mesmo diante dos desafios relatados, os profissionais conseguem resistir, e realizar seu trabalho de forma eficiente, com afeto, responsabilidade e compromisso. Dessa forma, verificamos que tornar-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre esta temática para o contínuo aprofundamento da questão social, essencial para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

A Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci). Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-351>. Acessado em 26 de novembro de 2017.

ADAD, Shara Jane. C. A. **Corpos de rua: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: UFC, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Ed, LTC: Rio de Janeiro, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. Ed 9º, São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, 2013.

Cartilha da Regional VI. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27455959/mapa-da-criminalidade-e-da-violencia-em-fortaleza-uece>. Acessado em: 24 de junho de 2018.

Catálogo de Serviço. Ponte de Encontro. Disponível em: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/246>. Acessado em: 15 de novembro de 2017.

Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <https://www.bing.com/search?FORM=INCOH2&PC=IC03&PTAG=ICO-c64a8af2&q=CFESS>. Acessado em: 24 de junho de 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed, São Paulo, Atlas, 1995.

Estudo coordenado pelo Instituto Promundo. **Práticas Familiares e Participação Infantil a Partir da visão de Crianças e Adultos: Um Estudo Exploratório na América Latina e no Caribe**. Rio de Janeiro, 2008.

FRONTANA, Isabel. C.R. Cunha. **Crianças e Adolescentes: Nas ruas de São Paulo**. Ed, Loyola, São Paulo, Brasil, 1999).

Fundação Abrinq. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/197-fundacao-abrinq-lanca-relatorio-um-brasil-para-as-criancas-e-os-adolescentes.html>. Acessado em: 15 de novembro de 2017.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de**

desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social.ed.4. São Paulo:CORTEZ, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. In: ---. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da pesquisa.** Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LEAL, Angélica; ANDRADE, Patrícia. **Infância e Parlamento:** Guia para Formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente. Edição de texto Angélica Leal e Patrícia Andrade. Senado Federal. Brasília, 2005.

MANZINI, Eduardo. **Entrevista Semiestruturada:** Análise de objetivos e de Roteiros. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: <<http://WWW.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acessado em 30 de novembro de 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS. E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Exercício de Pesquisa, amostragem e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados.** 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3. Ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

PACHECO, T.P; GONSALVES, M.V. **Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional.** São Carlos, Cad. Bras. Ter. Ocup. v. 25, n. 2, p. 373-386, 2017.

PALUDO, S. S; KOLLER, S. H. **“Toda criança tem família:** criança em situação de rua também”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Política Nacional para População em Situação de Rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acessado em: 26 de novembro de 2017.

Porta de Notícias do Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/ce-e-3-do-ne-com-mais-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-diz-abrinq.html>>. Acessado em: 14 de outubro de 2016.

Prefeitura de Fortaleza. Canal de Desenvolvimento Social. Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/246>>. Acessado em: 30 de setembro de 2017.

Primeira Pesquisa Censitária Nacional sobre Criança em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/03/Pesquisa-Censitaria-Nacional-sobre-Criancas-e-Adolescentes-em-Situacao-de-Rua-Mar-2011.pdf>. Acessado em: 15 de novembro de 2017.

PRIORE, Mary Del. **História da Criança no Brasil.** Ed, Contexto: Natal- RN, 1996.

_____. **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto. 1999.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

_____. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. SABATIER, Paul A.. Political Science and Public.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

Senso Demográfico. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?busca&id=1&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio&view=noticia>. Acessado em: 15 de novembro de 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2009.

SILVEIRA, M. Lidia; FREITAS, Monalisa. M. **CULTURA E POLÍTICA DE JUVENTUDE.** ENECULT, 2018.

SILVESTRE, T.C; CARVALHO, M.H. **Perfil Social de Criança e adolescente em Situação de Rua em Manhuaçu/MG.**2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UNICEF BRASIL. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/pt/umbrasilll.pdf>>. Acessado em: 24 de junho de 2018.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

EIXO 1: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

SEXO:

NATURALIDADE:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

RENDA:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

TEMPO DE TRABALHO NESTA INSTITUIÇÃO:

RELATE SUAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO ANTERIORES (MAIS RELEVANTES):

PORQUE TRABALHA NESTA INSTITUIÇÃO?

EIXO 2: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA REALIDADE BRASILEIRA

- 1) Como você percebe a proteção a infância no Brasil: Cite avanços e as principais dificuldades.
- 2) Como você percebe o fenômeno e crianças em situação de rua no Brasil e em Fortaleza? Quais seus principais fatores?
- 3) O que define uma criança em situação de rua e na rua?
- 4) Em sua opinião, como a sociedade percebe a questão da criança em situação de rua? Podemos falar em naturalização desta questão?
- 5) Como você percebe a atuação do Estado em relação à questão da criança em situação de Rua?

EIXO 3: O TRABALHO SOCIAL COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO

- 1) Fale sobre o Programa Ponte de Encontro (Histórico, Profissionais, Ações e etc).
- 2) Quais os principais avanços e desafios encontrados pela equipe para o desenvolvimento das ações do programa?
- 3) Como funciona a relação entre o Programa Ponte de Encontro e as políticas públicas que integram a rede de proteção a infância no município de Fortaleza-CE? (PNAS, Educação, conselho tutelar e etc).
- 4) Em que consiste o trabalho social com as famílias das crianças em situação de rua? Quais os desafios e avanços?
- 5) O que é e como funcionam os serviços de abordagem de crianças em situação de rua?
- 6) Quais as principais demandas apresentadas pelas crianças em situação de rua?
- 7) Quais os fatores que determinam a ocorrência e a permanência de criança em situação de rua em Fortaleza -CE?
- 8) Existem desafios para a execução e alcance dos objetivos pelo Programa Ponte de Encontro? Quais e Por quê?
- 9) Quais as experiências de trabalho onde você compreendeu que os objetivos do Programa foram atingidos e experiências onde você ficou frustrado ou insatisfeito?
- 10) Quais são os principais investimentos e ações que deveriam acontecer para aumentar o alcance dos objetos do programa?
- 11) Descreva de forma geral a rotina das crianças em situação de rua.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: **A Atuação do Programa Ponte de Encontro Desenvolvido Junto as Crianças em Situação de Rua, no Município de Fortaleza - CE**. Desenvolvida por **Marta Lídia de Sousa Silveira**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por **Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) XXXXXX. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é **analisar em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro desenvolvido junto às crianças em situação de rua**. Encontro desenvolvido junto às. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

ANEXO B – OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO

Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI

Nesta,

A, Sr^a. Tânia de Fátima Gurgel Nobre.

Venho por meio deste, solicitar uma autorização para que a estudante do Curso de Serviço Social, Marta Lidia de Sousa Silveira, portadora de RG Nº2008446482-2, desenvolva uma Pesquisa de Campo no Programa Ponte de Encontro para a coleta de dados de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título provisório é: A ATUAÇÃO DO PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO JUNTO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA. A referida pesquisa tem como objetivos: Analisar em que consiste a atuação do Programa Ponte de Encontro junto às crianças em situação de Rua no Município de Fortaleza-CE. O mesmo estudo também busca identificar as principais demandas apresentadas pelas crianças em situação de rua a partir das percepções dos profissionais do Programa Ponte de Encontro; Identificar os fatores que determinam a permanência de crianças em situação de rua a partir das percepções dos profissionais do Programa Ponte de Encontro e identificar os principais desafios apresentados na atuação do Programa Ponte de Encontro.

Fortaleza, 27 de Março de 2018.

Cordialmente,

Prof^a. Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça.